

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE SÃO CRISTÓVÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARIA AMÉLIA ARAGÃO SOUZA

**GAZETA DE SERGIPE: POLÍTICA, CENSURA E RESISTÊNCIA EM
DEBATE (1968-1974)**

SÃO CRISTÓVÃO-SE
2024

MARIA AMÉLIA ARAGÃO SOUZA

**GAZETA DE SERGIPE: POLÍTICA, CENSURA E RESISTÊNCIA EM
DEBATE (1968-1974)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Costa Cardoso

SÃO CRISTÓVÃO-SE
2024

“Um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la.”
-Edmund Burke

Agradecimentos

Eu não poderia deixar de reservar um espaço de agradecimentos nesse documento que marca, ao mesmo tempo, o fim e o início de uma trajetória da minha vida. Por isso, reterei aqui gratificações para as pessoas que são o meu alicerce e responsáveis pela concretização desta minha etapa acadêmica, pois sei que sozinha eu não conseguiria.

A minha orientadora, Célia Costa Cardoso, por todo apoio e orientação nessa reta final do meu curso que fez enriquecer a minha formação acadêmica, sou muito grata.

À minha mãe, que foi a minha principal incentivadora e me instigou aos estudos, não mediu esforços em destinar a maior parte do seu financeiro, a fim de me fornecer a melhor educação que fosse possível tanto para fazer com que eu conseguisse alcançar o Ensino Superior, como para fazer com que eu me formasse um ser humano dotado de conhecimento e sabedoria.

Ao meu pai, que não está mais aqui entre nós, mas possuo uma grande gratidão por tudo que foi feito para mim, mesmo em uma curta passagem de tempo em minha vida, tenho certeza de que estaria muito orgulhoso com essa minha conquista.

À minha avó e minha tia Ruth, que são a representação do meu pai em vida e que sempre fizeram o que podiam para continuar o legado do meu pai em mim, desse modo, elas e também o meu avô Tonho foram um grande apoio em minha vida e, principalmente, na minha educação.

Aos meus tios, Daniel, Manoel, Rúbia e Sara, a minha avó Amélia e aos meus primos, Augusto, Clara, Isabela, Gabriel (in memoriam) e José que são a fonte de auxílio em todos os âmbitos da minha vida e da minha mãe, uma forte base familiar é extremamente importante, sou grata por ter isso de vocês.

Ao Cleverton, o meu amor, responsável por aturar os meus surtos provenientes da graduação e meu conselheiro nesses momentos, não sei o que seria de mim sem o seu apoio, não só nessas situações desafiadoras que o curso me proporcionou, mas também em minha vida.

A todos os meus amigos e colegas de turma, por estarem comigo sempre e serem as pessoas responsáveis por aquelas situações precisas de distração, risadas, sufocos, conversas e conselhos sobre os perrengues do curso e da vida, em especial, Suelen, Rayssa, Marcílio e Pablo.

A todos os professores e professoras, desde do Ensino Fundamental ao Ensino Superior, pois foram os responsáveis por me fornecerem a base essencial para que eu

conseguisse construir o caminho que me trouxe até aqui e também por me inspirarem a seguir o caminho da Educação.

Aos meus supervisores e colegas do PIBID e da Residência Pedagógica, Andreza, Josineide, Edna, Joaquim, Claudefranklin, Malu e Kardja sou grata por todos os conselhos que cada um de vocês me passaram, sei que eles foram primordiais para a minha formação e os guardarei com carinho, pois, podem ter certeza que cada palavra foi essencial para o alicerce na construção do meu papel enquanto professora de História.

A todos os meus colegas do estágio, em especial a Lhais e Dona Izaura, no Palácio Museu Olímpio Campos, local em que aprendi a amar a História de Sergipe, minha trajetória no museu enriqueceu muito a minha formação e, por isso, o prédio sempre será um lugar especial para mim.

RESUMO

O presente trabalho investiga os obstáculos enfrentados pelo jornal Gazeta de Sergipe (1927 a 2004) durante o período mais repressivo da Ditadura Militar, marcado pela instauração do Ato Institucional número 5, em 1968 e pelo governo Emílio Garrastazu Médici, vigente entre os anos de 1969 a 1974. Por isso, buscou-se compreender a posição jornalística do periódico acerca da censura e de algumas temáticas primordiais para o estudo da época, como os setores econômico e educacional, a administração dos militares na presidência do país e a política local, no caso a sergipana. A pesquisa iniciou-se com a catalogação dos eixos temáticos mais recorrentes nos editoriais da Gazeta de Sergipe, isto é, política sergipana, economia e governo dos militares, os quais foram discutidos ao longo do trabalho. Foram analisados os editoriais do periódico publicados a partir do início do ano de 1968 até 1974, destacando-se temas como combate à corrupção, AI-5 e movimento estudantil. A partir da consulta aos exemplares, foi possível compreender que mesmo com a existência de pontos contrários às práticas realizadas pelos militares em sua gestão, não havia um direcionamento crítico direto, predominando ambiguidades políticas em um contexto de censura. Notou-se o interesse da equipe jornalística em apontamentos específicos sobre a realidade local, às vezes, com críticas a um determinado governante estadual, mas sem relacionar com as decisões vindas do Governo Federal. Esta tática, levou o leitor a ter uma visão parcial dos fatos ao acreditar que aquele assunto abordado não tem relação com os militares, apenas com a política local.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Gazeta de Sergipe, Política; Censura; Repressão.

ABSTRACT

This paper investigates the obstacles faced by the newspaper *Gazeta de Sergipe* (1927 to 2004) during the most repressive period of the Military Dictatorship, marked by the establishment of Institutional Act number 5 in 1968 and by the Emílio Garrastazu Médici government, which was in force from 1969 to 1974. For this reason, we sought to understand the newspaper's position on censorship and some lead issues for studying the period, such as the economic and educational sectors, the military administration as president of the country, and local politics, in this case, in Sergipe. The research began by cataloging the most recurrent themes in the editorials of *Gazeta de Sergipe*, i.e., Sergipe politics, the economy, and the military government, discussed throughout the work. The newspaper's editorials published from the beginning of 1968 until 1974 highlighted themes such as the fight against corruption, AI-5, and the student movement. From consulting the copies, it was possible to understand that even though there were points against the practices carried out by the military in its management, there was no direct critical direction, with political ambiguities predominating in a context of censorship. We noticed the journalistic team's interest in making specific points about the local reality, sometimes criticizing a particular state leader but without relating it to decisions made by the federal government. This tactic led the reader to have a biased view of the facts, believing that the covered subject had nothing to do with the military, only with local politics.

Keywords: Military Dictatorship; *Gazeta de Sergipe*; Politic; Censorship; Repression.

RESUMEN

Este trabajo investiga los obstáculos a los que se enfrentó el periódico Gazeta de Sergipe (1927 a 2004) durante el periodo más represivo de la Dictadura Militar, marcado por el establecimiento del Acta Institucional número 5 en 1968 y por el gobierno de Emílio Garrastazu Médici, que estuvo en vigor de 1969 a 1974. El objetivo era, por tanto, conocer la postura del periódico ante la censura y algunos de los temas clave para el estudio de la época, como los sectores económico y educativo, la gestión de los militares como presidentes del país y la política local, en este caso en Sergipe. La investigación comenzó con la catalogación de los temas más recurrentes en los editoriales de Gazeta de Sergipe, es decir, la política de Sergipe, la economía y el gobierno militar, que se trataron a lo largo del trabajo. Se analizaron los editoriales del periódico publicados desde principios de 1968 hasta 1974, destacando temas como la lucha contra la corrupción, el AI-5 y el movimiento estudiantil. A partir de la consulta de los ejemplares, fue posible comprender que, aunque hubiera señalamientos contra las prácticas llevadas a cabo por los militares en su gestión, no había una dirección crítica directa, predominando las ambigüedades políticas en un contexto de censura. Notamos el interés del equipo periodístico en hacer señalamientos específicos sobre la realidad local, a veces criticando a un determinado líder estatal, pero sin relacionarlo con las decisiones tomadas por el gobierno federal. Esta táctica llevó al lector a tener una visión sesgada de los hechos, creyendo que el asunto tratado no tenía nada que ver con el ejército, sino sólo con la política local.

Palabras-clave: Dictadura Militar; Gazeta de Sergipe, Política; Censura; Represión.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01. Crítica a ARENA.....	14
Imagem 02. Crítica a seletividade da repressão da Ditadura Militar.....	17
Imagem 03. Gazeta de Sergipe presta o seu total apoio para Revolução de 68.....	18
Imagem 04. Gazeta de Sergipe presta o seu total apoio para o AI-5.....	20
Imagem 05. Gazeta de Sergipe presta o seu total apoio para Revolução de 68.....	21
Imagem 06. A SUDENE e o Nordeste.....	28
Imagem 07. Problemas da corrupção na política.....	33
Imagem 08. Aspectos que devem ser priorizados para obter excelência na política.....	36
Imagem 09. Os déficits no setor educacional.....	38
Imagem 10. Possível plano de governo de Lourival Batista.....	41
Imagem 11. O exagero com gasto de dinheiro público.....	44
Imagem 12. Discurso do governador sobre as obras do seu governo.....	45
Imagem 13. Síntese geral do governo de Lourival Batista.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Análise dos editoriais da GS nos anos de 1968 e 1969.....	10
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05-11
2. HISTÓRIAS DA GAZETA DE SERGIPE: CENSURA E RESISTÊNCIA.....	12-26
2.1 Enfrentamentos durante a Ditadura Militar e como superar a crise política.....	23-26
3. UMA DEFENSORA AMORÇADA: POLÍTICA EDITORIAL E AI-5.....	26-38
3.1 Foco para o bem-estar social e econômico no Estado de Sergipe.....	26-33
3.2 A educação sergipana em meio à ditadura militar.....	33-38
4. GOVERNO DE LOURIVAL BATISTA: HISTÓRIA, APOIOS E CRÍTICAS VEICULADAS NA GRANDE IMPRENSA	39-46
4.1 Os comandos centrais da política sergipana em questão.....	41-46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47-48
REFERÊNCIAS	49-53
a. Fontes.....	49
b. Bibliografia.....	49-53

1. INTRODUÇÃO

O golpe civil-militar ocorreu no Brasil em 1964, a partir da deposição do presidente João Goulart, que como vice de Jânio Quadros assumiu a Presidência da República após a sua renúncia. O princípio da mudança do sistema político, que ocorreu mais tarde de presidencialismo para parlamentarismo, retornando depois para presidencialismo, deveu-se à renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. Goulart, também conhecido como Jango, já era a pessoa destinada a ficar no cargo, e desde a sua eleição como vice, em chapa eleitoral diferente da coligação de Jânio, que apresentava em suas propostas de governo conhecidas como Reformas de Base. Com elas, buscava fazer transformações estruturais no país, a fim de reduzir as desigualdades sociais existentes, ademais, Goulart não correspondia aos anseios das elites militares e financeiras, exatamente entre os setores que apoiavam Jânio Quadros (SILVA, 2012, p.117). Tais ideais reformistas geraram insatisfação em uma parcela política do Brasil, já que eram vistas como “idealizações comunistas”, fator que se tornou um dos argumentos para que os militares, as elites econômicas e o governo estadunidense se juntassem para a derrubada do presidente e os seus defensores assumissem o poder em 01 de abril de 1964, instaurando ao longo do processo político um regime ditatorial.

O governo dos militares foi constituído por Atos Institucionais, entre os anos de 1964 e 1969, ao todo, foram emitidos 17 Atos, ou seja, tratava-se de decretos com poder de Constituição, emitidos pelos militares, com o objetivo de legitimar a violência e instituir uma Ditadura Militar no país. O AI-5 foi o mais cruel dos atos institucionais criados, teve duração de aproximadamente 10 anos no país e representava um projeto de endurecimento do sistema, a fim de consolidar o autoritarismo e intimidar qualquer tentativa de oposição no país. Esta Lei ficou em vigor até 1979, porém, a partir de 1974 suas aplicações começam a diminuir com a saída do ditador Emílio Garrastazu Médici do poder e a entrada de Ernesto Beckman Geisel, com a finalidade de dar início a uma política chamada de “distensão lenta, gradual e segura”.

Tendo em consideração o exposto, este trabalho tem como objetivo primordial estudar a história do jornalismo em Sergipe durante a Ditadura Militar, mais especificamente no período em que houve a vigência do AI-5, que foi o Ato mais repressivo do período militar, o que, por sua vez, justifica a periodização delimitada nesta pesquisa, a qual começa com o ano de sua elaboração, em 1968 até 1974, com o enfraquecimento de sua aplicação nos estados. Assim, apesar desse ato institucional ter

sido encerrado em 1979, a pesquisa se limitou a definir uma periodização mais precisa acerca da época em que ocorreram mais ações opressivas, as quais foram ocorridas durante o governo Médici, visto que esse período foi marcado pelo acirramento de conflitos sociais, principalmente em função dos embates travados entre forças militares e a oposição do regime. Por outro lado, neste governo impetrou-se uma forte iniciativa desenvolvimentista para o país notadamente nos aspectos econômicos e culturais. Com isso, o sistema de comunicação sofreu forte impacto expansionista, sendo utilizado, principalmente, no sentido de controle social e de legitimação da ditadura (SILVA, 2012, p.18).

Dessarte, com a censura e o impedimento da circulação de muitos jornais, como os avaliados por serem progressistas, críticos e de esquerda, surgiu o questionamento acerca de que curiosamente, apenas *Gazeta de Sergipe* (GS) continuou circulando no Estado, durante toda a vigência do governo dos militares. Este veículo de comunicação se tornou um dos grandes jornais impressos de Sergipe, como afirma o historiador Ibarê Dantas em seu livro *A Tutela Militar em Sergipe* (2004, p.142), o qual defende que a *Gazeta de Sergipe* (GS) foi “o jornal mais influente e temido da sociedade sergipana” especialmente por ser um local onde se tramavam os jogos políticos, mesmo tendo todas as suas matérias analisadas pelo crivo da censura durante o governo militar. Até porque o fato de haver um espécie de “pente fino” com os periódicos se deve, principalmente, por carregar esse peso de ameaça informativa para o ambiente político, como é afirmado na fala do ministro da justiça do país entre os anos de 1969 a 1974, o Alfred Buzaid, o qual ressalta que para quem estudou a teoria da informação: o rádio e a televisão constituem, nos nossos dias, os meios mais eficazes para dirigir a opinião pública e que é por meio deles que o comunismo internacional atua sobre o povo, invadindo os lares, sendo assim, é importante que os seus agentes estejam preparados e se infiltrem em todos esses meios de comunicação para transmitirem suas ideias dissolventes.

A partir de tais intuitos, almejou-se reunir fontes e bibliografias que pudessem solucionar o problema de pesquisa, acerca dos obstáculos repressivos vivenciados pela *Gazeta de Sergipe* ao longo desta época. Além disso, a pesquisa também buscou analisar os editoriais deste jornal, para ressaltar e analisar as suas principais temáticas, o poder das argumentações e, principalmente, as alterações em sua política editorial de acordo com a equipe administradora do periódico no período estudado.

Reconhecendo-se a emergência e a importância de trabalhar a História Política Sergipana, a partir do levantamento e análise dos editoriais do jornal no período estudado,

admite-se como relevante o estudo do governo de Lourival Batista, de cunho autoritário e que pretendia focar no desenvolvimento econômico e no bem-social. Nesse sentido, considera-se essencial englobar e analisar como as práticas políticas de âmbito federativo do poder central influenciou as unidades federativas, como por exemplo o Estado de Sergipe, que por ser o menor território do país, obtêm-se a falsa impressão de que não houve nenhuma interferência ou consequência social nesta região durante todo o período da Ditadura Militar. De modo que há importância na análise dos periódicos sergipanos para o conhecimento da historiografia nacional, pois o discurso da imprensa e a sua linguagem possibilitam entender o contexto social e político da regionalidade em uma determinada época, por meio de um olhar crítico do pesquisador no momento de verificação dos registros jornalísticos. Foi com a finalidade de identificar e observar os interesses econômicos, políticos e ideológicos de uma época, que partimos de uma análise minuciosa dos editoriais da Gazeta de Sergipe, pois eles revelam com mais clareza o posicionamento político do jornal e, conseqüentemente, afetam a percepção de seus leitores diante do contexto vivido.

Esse periódico tinha como proprietário, Orlando Vieira Dantas (1900-1982), responsável por oferecer a continuidade da circulação jornalística do GS e torná-lo o principal órgão informativo da região estadual, após o falecimento do seu pai. O Criador do editorial, Manoel Côrrea Dantas, o pai de Orlando, o qual teve a iniciativa de produzir o jornal em 1927, em virtude do fato de que era Presidente do Estado de Sergipe e enxergou aquele meio de comunicação como uma forma de aproximar o povo do seu governo, a partir de informações e propagandas. Já sob a direção de Orlando Dantas em 1956, o jornal recebeu uma nova nomenclatura, agora o periódico fica conhecido como Gazeta Socialista, porém, a identificação político-ideológica do jornal alinhada à esquerda, como expressa nos seus editoriais, durou pouco tempo, já que em 1958, houve uma nova modificação e o nome retorna para Gazeta de Sergipe. No entanto, a narrativa presente nesse veículo informativo não deixou de apresentar a sua posição política, principalmente, durante o início da década de 1960, durante o governo Goulart, onde haviam publicações voltadas à defesa do governo e às suas propostas voltadas às Reformas de Base, as quais constituíam como projeto político tanto do João Goulart, presidente do Brasil, como do Seixas Dória, governador de Sergipe.

A escolha desse, entre tantos jornais disponíveis, reside no fato de que os manuscritos do jornal sempre ressaltaram o seu viés ideológico, posicionado a uma linha totalmente oposta ao que defendia os militares até o início de 1964, haviam escritos

contrários à tomada do poder pelos militares, mas, tal posicionamento político foi se modificando com a instauração do golpe de Estado. Entretanto, meses depois, sob supervisão da vistoria militar, o jornal demonstrou alguns apontamentos convenientes à Ditadura Militar, através da exaltação acerca do enfrentamento da inflação e do combate à desordem político-social anterior. Mas isso não significava que o periódico não estivesse sob o crivo da censura dos militares, visto que a GS já havia enfrentado a ira dos seus críticos, e, inclusive, as suspeitas dos militares, chegando a ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

O método executado neste trabalho consistiu no estudo bibliográfico sobre o tema, bem como no levantamento e análise dos editoriais dos 577 números da Gazeta de Sergipe dispostos entre os anos de 1968 a 1974, digitalizados e divulgados no *site* do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e disponibilizado pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (SIBIUFES). Com o intuito de ocorrer um maior entendimento sobre a produção e a composição da Gazeta de Sergipe entre os anos de 1968 e 1974, foi assim, fulcral uma análise de todos os editoriais, inicialmente, dos anos de 1968 e 1969, a fim de identificar o posicionamento político-ideológico do jornal e os temas mais discutidos, pois é a partir da análise da estruturação do discurso do editorial que é possível perceber, de acordo com José Fiorin (1988) as materializações da visão do mundo em suas diferentes manifestações, como a verbal, a visual e gestual, as quais denotam a maneira de pensar o mundo numa dada época. Essas materializações são repetidas na maior parte dos discursos produzidos numa formação social concreta, o que nos faz considerar, conseqüentemente, a formação ideológica como uma visão de mundo, ou seja, o ponto de vista se faz presente numa determinada formação social e a armação discursiva como o conjunto de temas e figuras que materializam uma dada formação ideológica.

O uso de jornais como fonte de pesquisa para o ofício do historiador é um fenômeno recente, iniciado por volta da década de 1970 com a Escola do *Annales*, influência que chegou ao Brasil no mesmo período, a qual buscava novas perspectivas alinhadas à historiografia. O olhar sobre os editoriais se transformou, uma vez que foi colocado em prática a interpretação e uma visão ampla do que está escrito, o que vai além de uma simples leitura que absorve tudo como verdade sem uma análise crítica, é preciso ficar atento a linha político-ideológica expressa no periódico. Por isso, José Carneiro (2014) destaca os aspectos que embasam o fazer jornalístico, isto é, a necessidade de noticiar de forma instantânea, demonstrar e sensacionalizar os fatos, basear as informações de acordo com os seus preceitos, sem uma análise profunda sobre os acontecimentos, entre

outros fatores que fazem perceber a essencialidade de entrelaçar a pesquisa historiográfica com as fontes jornalísticas.

Considerando que a luta pelo poder também se manifesta pelo domínio da opinião pública, há de se tomar os devidos cuidados no uso do jornal como fonte de pesquisa, pois o profissional de imprensa, sofre a pressão pelo frescor da notícia, a preocupação em ajustar a notícia ao espaço, a orientação política de quem mantém o jornal e por consequência o seu emprego. (CARNEIRO, 2014, p.3)

Desse modo, após a catalogação em fichas acerca dos principais temas presentes nos editoriais do GS durante todo o ano de 1968 e de 1969, e depois, em relação aos demais anos até 1974 a partir de eixos já previamente selecionados na primeira etapa da pesquisa, e assim, chegamos às três principais palavras-chave e/ou temáticas encontradas, que foram analisadas nos capítulos II e III. A divisão ficou voltada em primeiro lugar para a Política Sergipana, já que foi o tema com mais publicações nos editoriais, ao todo foram 181 nos anos de 1968/1969, com seu direcionamento a críticas ao governo de Lourival Batista (1967 a 1971) no estado, como o uso indevido do dinheiro público, aos crimes políticos cometido no interior, entre outros fatores; em segundo, a principal temática foi Governo dos Militares, com o total de 92 editoriais voltados a alguns apontamentos políticos nacionais, como atos do Presidente Costa e Silva e também, para algumas medidas do governo como a criação do Ato Institucional nº 5; o último tópico mais recorrente nos editoriais do GS também teve o seu total voltado para 84 publicações, foi a Economia. Após essa catalogação geral dos editoriais do GS em 1968 e 1969, houve mais uma condensação desse material, ou seja, foram escolhidos os editoriais que seriam mais importantes e relacionados com essa pesquisa, a fim de realizar uma análise mais detalhada e precisa dos seus conteúdos.

Tabela 01
Análise dos editoriais da GS de 1968 até 1969.

Governo dos Militares	180
Economia	90
Política Sergipana	82

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

E para organizar mais ainda o trabalho, decidimos após esse levantamento das temáticas mais importantes presentes nos editoriais, trabalhar três eixos: 1- A História do jornal Gazeta de Sergipe e o enfrentamento da censura (capítulo I); 2 – As representações dos governos militares pela GS (cap. II); 3- e o Governo de Lourival Batista: história, apoios e críticas veiculadas na grande imprensa (Cap. III). Esta estrutura foi criada a partir do levantamento das principais temáticas dos anos de 1968 e 1969, sendo que em relação aos demais anos, procuramos escolher apenas para análise os editoriais ligados aos três eixos temáticos definidos acima. Além disso, consideramos importante colocar o tema que mais sobressaiu neste ano – Política Sergipana, no capítulo III e o segundo tema, por ser mais abrangente – Governo dos Militares, no capítulo II, deixando de fora desta pesquisa os demais temas.

Em síntese, a monografia ficou estruturada em três capítulos, não contando aqui com a introdução como capítulo. Na sessão I, intitulada “História da Gazeta de Sergipe: Censura e Resistência”, em que se discutiu a origem do periódico, a sua política editorial e a atuação dos jornalistas em plena Ditadura Militar. E no capítulo II, “Uma Defensora Amordaçada: as perspectivas da Gazeta de Sergipe acerca do Governo dos Militares”, trabalhamos o desenvolvimento econômico do estado, a partir da delimitação temporal estabelecida pela pesquisa e também, fizemos uma análise do sistema educacional a partir das preocupações anunciadas nos editoriais, a fim de entender a participação política do movimento estudantil e as medidas realizadas pelos governos no âmbito da educação entre os anos de 1968 até 1974. Por último, apontamos no capítulo III, “Governo de Lourival Batista: história, apoios e críticas veiculadas na grande imprensa”, as características da administração política de Lourival entre os anos de 1967 até 1971 em Sergipe, a sua proximidade com a política arenista nacional e os pontos críticos do seu governo divulgados pelo jornal.

2. HISTÓRIAS DO JORNAL GAZETA DE SERGIPE E O ENFRENTAMENTO DA CENSURA

A prensa de Johann Gutenberg foi criada em meados de 1449 e foi um grande marco para os impressos, pois se tratava de uma máquina que conseguia mecanizar o processo da impressão, tanto de palavras simples quanto de livros, revistas, panfletos e, mais tarde, os jornais, o que tornou viável a distribuição e a recepção da informação para a sociedade. (ARAÚJO, 2010, p. 7)

No Brasil, a imprensa surgiu em 1706, no Estado de Pernambuco, mas sem tanta circulação social, desse modo, houve mais duas tentativas para que ocorresse de fato a sua inserção social, mesmo com a opressão do governo português, posto que não era visível os benefícios para o apoio em instigar a produção dos jornais na sua colônia, era essencial que os seus preceitos ideológicos mantivessem o povo na ignorância. Apenas em 1808, com a chegada da família real no Brasil é que foi oficializado à imprensa. Já no Estado de Sergipe, a sua produção foi iniciada devido à Lei 104, elaborada em 1894, a qual tornou possível a circulação do primeiro Diário Oficial de Sergipe.

Entender as razões para que houvesse a criação da imprensa, nos auxilia a compreender o seu papel na atualidade e o foco desta pesquisa, a fim de identificar que desde o seu surgimento havia a finalidade em divulgar a informação e dependendo do perigo que nela poderia haver, aqueles que eram os detentores do poder, iriam impedir a sua divulgação, como afirma Eni Orlandi (2010):

Submetendo o sujeito, mas ao mesmo tempo apresentando-o como livre e responsável, o assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade. Na transparência da linguagem, é a ideologia que fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito (ORLANDI, 2010, p. 51).

Com isso, para que o principal objetivo dessa pesquisa fosse realizado, o qual consiste em entender os acontecimentos nos contextos sociais, políticos e econômicos no Estado de Sergipe durante a Ditadura Militar entre os anos de 1968 a 1974, o período mais repressivo do governo dos militares devido à instauração da Lei da Imprensa de 1967 e do Ato Institucional nº 5, ambos foram atitudes repressivas que visavam a delimitação da liberdade de expressão dos meios de informação do país sob o controle dos governantes e dos militares. Urge, portanto, a análise histórica da Gazeta de Sergipe (GS).

Orlando Dantas recebeu muita influência da carreira política de seu pai, Manoel Côrrea Dantas, criador da GS, o que o envolve na maior parte de sua vida à política e à manutenção do periódico. Além do fato de que nasceu no Engenho Palmeira, em Capela, fator que o influencia nos seus princípios políticos, pois suas lutas são embasadas nas questões para o melhor manejo da terra, desenvolvimento agrícola e econômico. Sua carreira política foi agitada e com algumas contradições, inicialmente, foi eleito prefeito de Divina Pastora, em 1935. Após a morte de seu pai em 1937, é ele quem começa a supervisionar a produção do periódico, mas não deixa de seguir a linha política-ideológica de esquerda que o jornal já possuía, a sua redação do jornal ficava na Avenida Rio Branco, nº 310, bairro Centro, em Aracaju. Em 1944, Orlando escreveu o livro “O Problema Açucareiro de Sergipe”, posteriormente, publicou mais dois livros, um em 1974 intitulado como “Política de Desenvolvimento de Sergipe” e outro em 1980, chamado de “A Vida Patriarcal de Sergipe”.

Já em 1945, Dantas criou o movimento de esquerda democrática em Sergipe, que mais tarde seria transformado no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Assumindo o cargo de deputado estadual constituinte pela Esquerda Democrática, em 1946. Em 1950, tornou-se eleito deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro, um grande defensor da campanha “O Petróleo É Nosso”, a qual resultou na invenção da Petrobrás e no controle pelo governo brasileiro da produção do petróleo no país. Em 1956, mudou o nome do periódico para a Gazeta Socialista, tal mudança durou apenas dois anos, uma vez que em 1958 a nomenclatura retornou para Gazeta de Sergipe, porém mesmo com a curta duração do termo “socialista” na nomeação do periódico, é possível perceber o seu viés ideológico tanto pela análise da trajetória política voltada para os ideários da esquerda de seus proprietários tanto pelos posicionamentos que o manuscrito do impresso expressava, o que era o comum da época, isto é, vincular os jornais a uma determinada linha partidária, a fim de tornar nítido a defesa dos seus ideais ao mesmo tempo em que criticavam a sua oposição, ou seja, haviam publicações voltadas à defesa do programa de Seixas Dória, Governador de Sergipe (1963-1964), com os seus ideais embasados na luta pela democracia e também ao João Goulart, Presidente do Brasil (1961-1964), principalmente, as suas propostas acerca das Reformas de Base que englobava o sistema educacional, fiscal, político, urbano e agrário do país. Em editorial de janeiro de 1956, a equipe do periódico deixa claro os seus propósitos:

A Gazeta Socialista reaparece com um programa de ação amplo, não obstante ser um jornal partidário. (...) proporcionará ao público sergipano um noticiário abundante, imparcial e completo, trazendo, assim, os seus leitores informados do que se passa em todos os setores da vida social, política, econômica e financeira do Estado. Com este propósito conta com um corpo redacional de primeira ordem, (...) imbuído de espírito público e conhecimentos dos nossos problemas. Será um jornal que espera em Deus impor-se pelas suas críticas judiciosas, pela justeza dos seus conceitos e, sobretudo, pela firmeza de suas atitudes na defesa de reformas econômicas e sociais e das liberdades asseguradas pela nossa Carta Magna (...). (Gazeta Socialista, 13 de janeiro de 1956)

No entanto, há contradições em sua vida política, isto é, algumas atitudes que fugiram dos ideais que Orlando Dantas costumava empregar em seus discursos e até mesmo no jornal, por exemplo o fato de que em 1966 ele se filiou à ao partido Aliança Renovadora Nacional, popularmente conhecida como Arena, criado pelo Ato Institucional nº2 no governo dos militares, a fim de ser uma representação partidária alinhada ao viés que estruturava os ideais da Ditadura Militar, como a luta contra a ameaça do caos econômico, da corrupção administrativa, entre outros. Porém, acaba se arrependendo de tal atitude, por perceber anos depois que apesar de possuir propostas inovadoras para o âmbito político, sua conjuntura de fato não possuía nada de novo e tinham pouco embasamento para auxiliar na resolução das problemáticas políticas existentes que os militares se propunha a acabar.

Imagem 01

Advertência Presidencial

Em recente pronunciamento, o General Garrastazu Médici fez sentir, de forma clara e categórica, aos membros da ARENA a necessidade do esquecimento de velhos grupos e lendas. Sabendo-se que a ARENA é constituída, em sua maior parte, de elementos da antiga UDN e do velhíssimo PSD, não há dúvida que a palavra presidencial tem endereço certo.

Em todos Estados, há divergências e conflitos entre antigos udenistas e pessedistas. Conflitos formais. Divergências interesseiras, pessoais. Isso não surpreende, pois as mudanças da realidade não têm sido acompanhadas de mudanças mentais, conceituais. A vida correndo ante homens mentalmente parados. A tecnologia avançando no sentido de novos mundos e conquistas e muitos líderes agarrados ao século XVI, ao Brasil colonial dos interesses suspeitos e minoritários.

O partido oficial, ressalvadas conhecidas exceções, permanece anêmico, artificioso, mesquinho, sem sensibilidade para entender os problemas do País, sem visão das transformações econômicas e sociais dos novos tempos. A ex-UDN, de origem urbana, paixão frustrada de uma classe média esclatante, desacreditou-se no moralismo hipócrita, na falta de civismo. O ex-PSD, por sua vez, de inspiração oligárquica, filho dileto de antigos che-

fes e "coronéis" interioranos, pensa e caminha em um sentido, enquanto o povo caminha e sente o oposto. Não há, entre eles, a crença no desenvolvimento, o desejo de implantar novos costumes e valores para uma sociedade que já acredita no malabarismo impatriótico, no clientelismo feito de farça e dinheiro.

A ponderação senão advertência do General Médici é mais que oportuna. A ARENA ou melhora por fora, ou apodrece por dentro. Como o País não vai aceitar omissão e indiferente este apodrecimento, está claro que novos esquemas surgirão, ou tendem a surgir no sentido de uma linha partidária idônea, de uma política realmente honesta e patriótica. Nomes existem para a reformulação desejada. Homens sérios não faltam desejando novas formas e condutas para políticos que insistem na mediocridade, e no negociadismo.

Disse, ainda, o Presidente da República que a hora é dos jovens, das novas gerações. O rejuvenescimento político, por isso mesmo, é necessidade. Fora disso, velhos e desacreditados nomes e líderes terão, necessariamente, que fugir ou serem expulsos da política para a qual não estão mais preparados. Alguns deles, aliás, nunca estiveram.

Fonte: Gazeta de Sergipe, em 07 de janeiro de 1970, na terceira página.

Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>

Até mesmo a sua ampla defesa a Seixas Dória perdeu força com a instauração do governo dos militares, uma vez que houve reportagens com elogios. “Até agora aparece o Dr. Celso de Carvalho, jovem político de Simão Dias, a escrever uma fase da história de Sergipe, na agitada fase de 62 a 68, sem parcialidade, sem distorcer, verdadeira linha mestra (Gazeta de Sergipe, 06 de setembro de 1968, p.3).

Na delimitação do recorte temporal desta pesquisa entre os anos de 1968 a 1974, é possível perceber, inicialmente no ano de 1968, alguns manuscritos que relembram as características do editorial antes de 1964, como a preocupação para a produção agrícola em Sergipe, a corrupção, a inflação, entre outras temáticas. Porém, outros fatores se distanciaram do que era a GS antes da tomada do poder pelos militares, como a exaltação das tomadas de decisão dos militares no governo do presidente Costa e Silva e a defesa o Ato Institucional nº 5, como o meio fulcral para se enfrentar esses obstáculos que o governo tinha como o objetivo de eliminar. Foram devido a esses aspectos que, de acordo

com o GS, a “Revolução de 64” foi instaurada e que só seria finalizada com a resolução das situações que precisavam ser mudadas ou até mesmo extintas do país, como a corrupção, a alta dos preços dos produtos, principalmente de alimentos básicos para subsistência do povo, como a carne. De modo que, a oligarquia que se perpetuava no país como algo normal, onde o dinheiro público era utilizado para usufruto próprio dos políticos e ostentação, a falta de incentivo da produção agrícola, uma vez que a GS acreditava e possuía uma defesa consistente da política desenvolvimentista do estado, chamando sempre a atenção dos governantes para a questão agrária. Assim, o progresso chegaria em todos os lugares e, conseqüentemente, favoreceria o combate à corrupção. Tais perspectivas demonstram que alguns posicionamentos do periódico permaneceram, já outras mudaram juntamente com a transformação político-ideológica dos governantes em exercício no país.

A utilização do termo “Revolução” a todo momento pela GS refere-se a tomada do poder pelos militares em 64, e isto está relacionado a necessidade de perpetuá-lo como um movimento pacífico, embasado pelo desejo demonstrado por todo o povo brasileiro, a fim de reparar os danos e crises que o país estava vivenciando. Para Freyre (1969), a “Revolução de 64” ordenou um “reajustamento de ordem social”, ou seja, esse reajustamento foi possível sem o recurso da violência ou da revolução propriamente dita. Nesse aspecto, a revolução se diferencia de rebelião e insurreição. Assim, as chamadas ‘revoluções brancas’ adquirem uma dignidade maior, pois não fazem apologia da violência. De acordo com Gilberto Freyre (1969), o ano de 1964 foi, então, uma “Revolução branca”, promotora da ordem política e social. No entanto, é importante salientar que os termos e os seus significados carregam um certo peso, pois fazer uso da palavra “Revolução” inviabiliza todo o processo político que realmente caracterizou a entrada dos militares no poder presidencial do Brasil em 1964, com pouca participação da sociedade brasileira, fator que embasou os anseios das classes dominantes e dos militares.

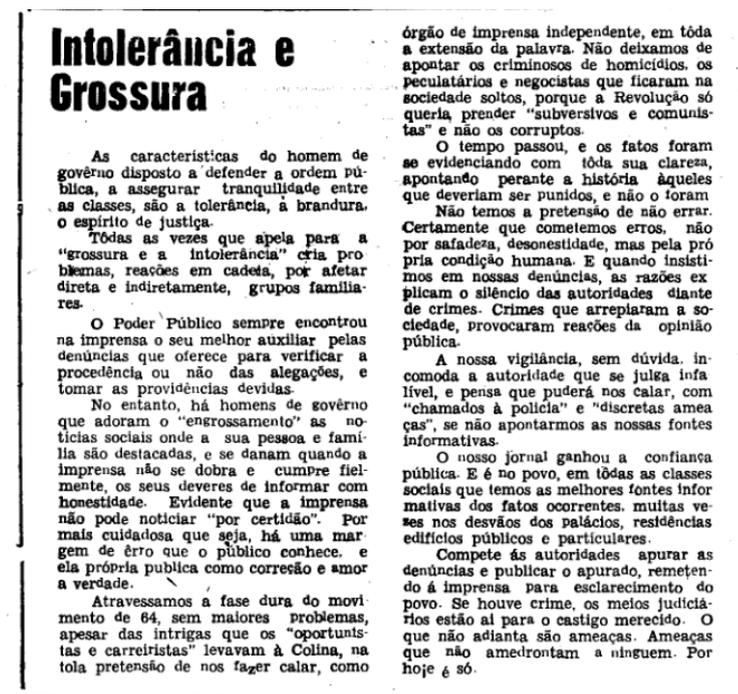
Entretanto, para entender de fato a intencionalidade de um jornal, é essencial buscar quem compõe o seu corpo editorial, como afirma Tânia de Luca (2005), a qual aconselha em suas pesquisas sobre o estudo com os periódicos, a essencialidade em se atentar para a subjetividade de seus redatores e ao corpo editorial responsável pelo material trabalhado, a fim de perceber quem fala, para quem fala, e o objetivo com que fala. Dessa forma, segundo análises dos editoriais da Gazeta de Sergipe no ano 1968, foi possível identificar o seu corpo editorial, o qual era constituído por Orlando Dantas, como o Diretor-Presidente, Hélio Dantas, o Diretor-Secretário, José Francisco Santos, o Gerente,

Selfânio Farias Alves, o Redator, Ariosvaldo Figueiredo, o Redator, Emmanuel Franco, o Redator, Edinaldo Matos Silva, o Redator, entre outros.

A coluna do jornal onde os administradores faziam as suas impressões acerca dos fatos cotidianos do Estado e do país, torna nítido o seu posicionamento referente aos eixos temáticos mais recorrentes naquela época, o que não nos gera dúvidas sobre as suas opiniões em situações relacionadas, por exemplo, a gestão do governador, o Lourival Batista e também para o quadro econômico do Estado de Sergipe daquele período, onde é perceptível a preocupação da GS com o rumo que a administração regional está seguindo. Entretanto, quando é analisado as suas perspectivas sobre o governo presidencial, percebemos uma posição diferente da Gazeta de Sergipe ao tratar das questões, pois é notório que há uma defesa para as decisões que estão sendo tomadas desde 1964, porém, nos momentos raros em que há uma crítica, em sua maioria, é um pedido para maior abrangência da linha dura que os militares já estão envolvidos. Resta saber, se essas escolhas ocorrem por mero oportunismo político e/ou por dificuldades enfrentadas com a censura.¹

¹ A imprensa alternativa representava, justamente, um espaço público de atuação da oposição no Brasil pós-64, era uma forma de tecer as suas críticas, mesmo com o fechamento de muitos jornais nesse período, por isso a denominação “alternativa”, pois o seu surgimento se deu em virtude da necessidade de burlar a censura e poder escrever com mais liberdade. Sendo assim, seus escritos apresentavam a defesa pela liberdade e apresentava opiniões diversificadas a respeito da participação da população nos processos políticos e nas lutas pela ampliação de seus direitos, os quais estavam constantemente ameaçados pelos governantes autoritários daquela época, posição que gerou repressão aos administradores desses jornais, principalmente, durante o momento mais repressivo da Ditadura Militar, com a instauração do AI-5. (CARDOSO, 1995, p. 16)

Imagem 02



Fonte: Gazeta de Sergipe, em 17 de fevereiro de 1968, na terceira página.

Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>

No trecho acima, a Gazeta de Sergipe critica a seletividade da repressão da Ditadura Militar, pois, em sua perspectiva, a gestão dos militares está apenas preocupada com os comunistas e não com os corruptos. Além de ressaltar a inconformidade com o ataque à imprensa pelo seu interesse na verdade. Mesmo o jornal não tendo a sua sede fechada, com a instauração do governo dos militares em 1964 e ser o único periódico a circular diariamente no Estado de Sergipe, o aval da circulação não os tornam imunes as duras perseguições, ameaças e repressões, pois a GS possuía um teor crítico acerca das situações políticas, uma vez que era o principal assunto tratado e que preocupava os seus administradores pelo fato de possuírem entendimento nas questões relacionadas à economia, corrupção, produção agrícola, gestão governamental, entre outros aspectos. A depender de como esses temas eram tratados em seus editoriais, a equipe jornalística poderia ser repreendida, pois a análise crítica fazia parte da personalidade do seu editorial. Porém, a sua função era sempre mostrar o lado positivo, principalmente, nas matérias referente ao Governo dos Militares, ou seja, era fulcral fazer com que os seus editoriais influenciassem na visão que o povo possuiria acerca da sua gestão, uma perspectiva que está relacionada à transformação e recuperação política, econômica e social do país, uma

vez que de acordo com a GS havia uma certa descrença da população na mudança política e econômica do país e, por isso, afirma que os tempos estão alinhados para a transformação desde 1964, são tempos novos.

Imagem 03

Nossa Posição

Sempre tivemos uma posição política firme e desassombrada contra os criminosos e corruptos. Toda nossa luta se processa em bases de princípios. As conveniências não nos abalaram, nem possibilitaram uma flexão de nossa conduta diária, como acontece a muita gente que prima pelo farfaismos.

Suportamos as perseguições e incompreensões de 64 pelas denúncias dos políticos responsáveis pelos crimes de homicídios, protecionismos fiscais e coberturas de pistoleiros e locupletadores do erário público. As nossas denúncias tinham como têm a comprovação pública.

Hoje que a Revolução de 68 apura a ação criminosa dos corruptos e de assassinos contumazes, nada mais temos a acrescentar. Não podemos encobrir a satisfação depois de uma década de lutas tremendas quando constatamos que a Revolução se dispôs a enfrentar a teia de influências más, oriundas da corrupção, desligando-se totalmente dos políticos carcomidos e usufrutuários da riqueza nacional.

Por isso não nos amedrontam acusações de ladrões, peculatórios, contraventores, criminosos de homicídios que, grudados pelas forças punitivas da Revolução, julgam descarregar seus pecados em nossas costas.

O "dedo durismo" encerrou-se em 64. Não há lugar para essa gente. Até porque os fatos são comprovados pela documentação abundante e larga existente nos diferentes setores das administrações públicas.

Não podíamos jornalisticamente cruzar os braços diante da ação saneadora da Revolução de 68, se ela realiza tudo aquilo que constitui os fundamentos da nossa luta. E o fazemos em forma de esclarecimento, com independência e honestidade, mostrando ao povo o nosso dever cumprido.

E refletimos as esperanças dos sergipanos que vivem do seu trabalho na agricultura, na pecuária, na indústria, no comércio e nas profissões liberais de que desta feita ninguém será decepcionado.

Fonte: Gazeta de Sergipe, 22 de janeiro de 1969, na terceira página.

Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>

Sendo assim, nota-se que na maioria de suas matérias há um total apoio realizado pela Gazeta de Sergipe para a “Revolução de 68”, a qual ocorreu no dia 13 de dezembro de 1968, com a instauração do Ato Institucional nº 5, a fim de cumprir com a promessa realizada pelos militares no ano de 1964 relacionados a resolução das problemáticas que estavam presentes no Brasil, como a corrupção. O termo “Revolução de 68” é utilizado para enfatizar a grande importância que o AI-5 representava para o governo dos militares, significava que o Governo de Costa e Silva estava concretizando os objetivos propostos pelos militares em 1964, os quais até o momento não haviam sido de fato realizados, uma vez que estava sendo aplicada uma política mais organizacional. “Chega a Revolução de 68 a tempo de respaldar-se nesse apoio popular que imprime segurança, vontade firme de

contribuir para a renovação do nosso sistema capitalista e político em bases representativas” (Gazeta de Sergipe, 18 de Janeiro de 1969, p.3)

Além disso, o jornal defende que a América Latina e, principalmente o Brasil, teria de elaborar as suas próprias medidas, sem a participação, influência ou dependências de outras potências, como os Estados Unidos, conseqüentemente, em sua visão, o Brasil precisava de um líder forte que realizaria o cumprimento de suas expectativas e propostas planejadas com a Revolução de 64, são elas que impulsionariam o desenvolvimento econômico, a melhoria da política e do âmbito social do país. Desse modo, na concepção política do jornal o AI-5 foi uma das medidas que mostraram o interesse de mais “independência” no Brasil com a luta contra os revoltosos, os corruptos, a miséria, a fome, entre outros fatores. Tal medida, na opinião da GS, foi criada após a perspectiva de fracasso da entrada do capital estrangeiro no país, acreditava-se que esse auxílio faria com que o país crescesse economicamente, porém ocorreu que os corruptos se beneficiaram ainda mais (os corruptos), pois “os quatro anos da Revolução de 64 fizeram a maior abertura do capital estrangeiro que apoiados pelas “testas de ferro” nacionais ganharam posição de destaque a fins de continuarem a desfrutar de condições ótimas para o enriquecimento especulativo do corruptor” (Gazeta de Sergipe, 05 de fevereiro de 1969, p. 3).

A GS se coloca no discurso em prontidão para realizar as possíveis denúncias de improbidade na administração política de Sergipe, com o objetivo de auxiliar nas metas do Governo dos Militares, como foi o caso dos boatos ligados à corrupção que surgiram na cidade de Aracaju, onde os principais criadores foram os próprios políticos e ex-governadores do Estado de Sergipe, como Luiz Garcia e Leandro Maciel. Para o jornal, eles espalham fofocas para deslegitimar as forças armadas, mas a GS explana em seu editorial que esses boatos estão sendo inventados e circulados devido ao fato de que os dois políticos são investigados pelos militares por irregularidades administrativas. Diz: “Às forças armadas jamais se empenharam no combate à corrupção sem que fossem uma decisão de todas as unidades militares empenhadas em limpar a Nação dessa corja de ladrões e assassinos. Foi o que fizeram e vêm fazendo no Estado. No entanto, está ocorrendo uma onda de boatos espalhados pelos visados pela Revolução de 68 que pretendem esvaziar os conteúdos e desmoralizar os comandos militares. (Gazeta de Sergipe, 05 de março de 1969, p.3)

Imagem 04

Reforma das Estruturas

Em 1964 ocorreu um movimento militar que, ao assumir o Governo da República, tentou imprimir um cunho novo nas estruturas administrativas e econômicas do País. Os esforços perderam-se diante das resistências opostas pelas classes dominantes, nas suas mais diferentes modalidades. Desviadas as atenções para "a subversão," como o perigo imediato do comunismo tomar conta do País, as verdadeiras causas da crise brasileira ficaram impunes. E a impunidade favoreceu os responsáveis pela corrupção e o crescimento das negocatas e dos peculatos.

64 gerou 68. O AI/5 é o instrumento legal que assegurará meios de punição dos ladrões e peculatórios que, mascarados de "patriotas", passaram a dominar a Nação envolvendo por diferentes motivos, figuras capazes de participar da nova ordem econômica e social pela sua inteligência, experiência e capacidade de trabalho.

Que demore a limpeza nos quadros políticos e administrativos pelo prazo de um ano, todavia, as medidas para as reformas administrativas e econômicas precisam ser iniciadas quanto antes, a fim de que o tempo não sirva de amolecimento da força inicial do movimento.

Não acreditamos em "reformas-meia sola" num País continental, cujos governantes em sua maioria,

não acreditavam nas virtudes e no caráter do povo brasileiro. A primeira condição da virilidade, de capacidade de trabalho de um povo é a confiança nos princípios morais e culturais dos quais se reveste. Os sentimentos nacionalistas têm de presidir todos os seus atos e passos como norma de independência e condições de soberania. Essa posição não repudia os valores culturais universais, nem significa resistências jacobinas. Mas indica poder de decisão, de discernimento entre suzerania e soberania.

As grandes forças da corrupção partem dos grupos econômicos estrangeiros que prepararam os seus "testas de ferro" entre as mais eminentes figuras da sociedade brasileira com assento nos cargos públicos. Uma das mais eminentes personalidades de 64 chegou a declarar que "o que era bom para os Estados Unidos era bom para o Brasil". Legítimo representante dessas forças que é, continua o espelho de que o combate a corrupção implicará numa posição nacionalista, sem a qual não terá êxito a punição se não abranger nativos e estrangeiros.

As Forças Armadas brasileiras sempre foram nacionalistas. Sem o seu apoio não existia a Petrobrás. Hoje, mais do que nunca, o nacionalismo como filosofia política poderá salvar o Brasil da suzerania norte americana.

Fonte: Gazeta de Sergipe, 25 de janeiro de 1969, na terceira página. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>

Foi notada também, a demonstração desse apoio ao AI-5, a Revolução de 64 e 68, quando os jornalistas falam que é preciso enxergar neles os caminhos possíveis para o surgimento do amor à pátria na sociedade, do nacionalismo, do combate à corrupção, entre outros aspectos.

Imagem 05

Nacionalidade

A consciência nacional para ser formada exige uma filosofia política, sem a qual o espírito da raça não se manifesta capacitado à defesa de sua economia. Essa é a lição que ficou de Alberto Torres e que ainda não foi aprendida bem por nós brasileiros.

Estamos plasmando a nacionalidade a duras penas. Depois de um período trabalhado pelo "tenentismo", após a década de 20, veio a Revolução de 30, que nos trouxe modificações sociais e certo impulso desenvolvimentista. O radicalismo dos Tenentes temperado pelas transigências e acomodações do Getulismo foi o poder gerador de aqueles impulsos que serviram às transformações individuais prevalentes na consciência das classes dominantes do País.

Sofremos as influências do fascismo preponderante entre as classes conservadoras e médias, em contraposição a pregação do comunismo, sobretudo da filosofia marxista recebida como nova luz a clarear as concepções filosóficas de então. Ocorreu, no entanto, uma pregação como se o Brasil fosse uma Nação europeia cujos problemas tivessem as mesmas características e suas estruturas originassem do feudalismo.

Todas essas distorções influíram negativamente no processo político e se tornaram motivos de convulsões sociais causadoras de retrocessos nas lutas pela implantação da social democracia. O levante de 35 trouxe o governo de 37, fase que não conduziu o País às

origens da nossa formação econômica e cultural e não passou de uma etapa de experiências que se realizavam no mundo europeu.

Os distúrbios ocasionados pelas diretrizes das lideranças comunistas não foram benéficos aos objetivos da extrema-esquerda, nem favoreceram ao crescimento do integralismo. A descrença nos postulados plinianos e nas confusões prestistas foram causas minimizadoras dessas tendências, como orientação política. Conservadores batizados de sociais e de democratas e trabalhistas a procura de rumos socialistas caíram na demagogia mais atrativa de massas eleitorais sofridas das cidades e dos campos, derramadas em promessas que jamais se realizaram como política de bem estar sócio-econômico. As virtudes do voto secreto as garantias da Justiça eleitoral e a ação dos partidos nacionais diluíram-se diante das oligarquias que encontraram na vassalagem eleitoral e na força policial e fiscal as condições políticas de sua dominação.

A inflação galopante que gerou a crise de 63, o movimento de 64, e o regime de força implantado pelas suas lutas íntimas e a ausência de uma filosofia política compatível com a problemática brasileira, redundou em nova crise de poder com a implantação do AI/5. Agora é preciso que a lição de Alberto Torres não se perca. Sem uma filosofia política não teremos uma economia próspera, nem tão pouco uma consciência nacional.

Fonte: 28 de janeiro de 1969, na terceira página.

Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>

A necessidade de uma consciência nacional, a luta contra o comunismo, a essencialidade de se obter uma filosofia política são bases importantes para um país, o governo dos militares, com o AI-5 tentaram instaurar tais fatores no Brasil, por meio de sua luta pela limpeza política, isto é, retirar aqueles que contribuem negativamente para o país. Entretanto, a GS ressalta que a saída dos militares do sistema presidencial só poderia ocorrer quando os seus objetivos fossem efetivados, assim, a abertura democrática² seria iniciada. Posto que atitudes contrárias a essa, poderiam resultar em algumas consequências

² O pensamento acerca da Abertura Política era semelhante entre a GS e os militares, no sentido de que, a sua ocorrência só deveria ser efetiva quando os objetivos iniciais que embasaram o golpe de 1964 tivesse sido de fato concretizado. De acordo com Silva (2016), em sua perspectiva "lenta, gradual e segura" visava, em essência, evitar o retorno de forças políticas anteriores ao golpe de 1964 e garantir uma escolha segura do sucessor de Ernesto Geisel, a incorporação a uma nova constituição (que não deveria ser fruto de uma constituinte) das chamadas "salvaguardas do regime". Para o autor, o que revelava ser uma reacomodação do regime feita de cima para baixo, controlada pelo poder, dentro da ordem e para manter a ordem da classe dominante (SILVA, 2016, p. 10).

para o periódico, como foi realizado, pois a ampla defesa da situação que a GS sempre apresentava, não livrou o periódico dos atos de alerta para a linha política que deveria ser seguida, enquanto estivesse ativa a administração dos militares na ala governamental.

2.1 Enfrentamentos durante a Ditadura Militar e como superar a crise política

Pelo fato de possuir uma crítica sincera e dura acerca de alguns comandos políticos que envolviam tanto o Estado de Sergipe como o Brasil, a Gazeta de Sergipe começou a ser visada pelos governantes da região, até porque os exemplares da GS tinham o seu alcance em todo o território sergipano. Sendo assim, não demorou para que a sua equipe enfrentasse alguns obstáculos repressivos, que fizeram parte de sua história durante os 21 anos de Ditadura Militar, principalmente, no período mais opressivo, o qual teve o seu início no final de 1968 com a criação do AI-5.

[...] diversas matérias publicadas foram publicadas, no periódico, em favor do regime militar, assim como várias estratégias para justificar os atos institucionais desse período, a exemplo do AI-5. Desta maneira, o jornal contribuía para validar as ações desse ato para a sociedade sergipana, buscando a sua aceitação com a intenção de evitar manifestações contrárias. As publicações do periódico ajudavam a desqualificar as manifestações de oposição da forma mais negativa possível, contribuindo para justificar para a sociedade sergipana as medidas repressivas aplicadas pelos militares. Entendemos, ainda, que as propagandas realizadas na Gazeta de Sergipe tinham como objetivo divulgar uma imagem positiva do Brasil, destacando o desenvolvimento e a estabilidade econômica do país e os grandes feitos dos militares, visando evitar qualquer tipo de contestação, propagando o ideário de “progresso”, “otimismo” e “amor à pátria” (BARRETO, 2020, p. 83)

Mesmo assim, no dia 13 de janeiro de 1969 aconteceu um episódio fatídico, puseram “fogo na Gazeta” e até a atualidade, foram poucas as fotografias encontradas do incêndio na clichéria da GS (REIS, 2015, p.123). Além disso, acreditava-se que se tratava de um incêndio criminoso devido ao achado de alguns objetos suspeitos e de uma janela quebrada justamente no local do incêndio (REIS, 2015, p.125). Mas para Carla Darlem dos Reis (2015), esse episódio de incêndio no prédio do jornal Gazeta de Sergipe, tratou-se de uma forma de intermitências, a fim de enquadrá-los nos moldes em que os militares esperavam que as notícias fossem publicadas, isto é, sem nenhum viés de crítica acerca do governo vigente na época, mesmo sem ter sido completamente fechada, a GS foi podada e levada a publicar as notícias positivas a respeito do Governo militar, até porque ter a

Gazeta de Sergipe ao seu lado, possuía uma grande representativa regional, devido à grandeza que o periódico desempenhava na política sergipana, principalmente através da coluna Informe GS, escrita por Orlando Dantas e Nino Porto.

Outro episódio ocorrido no mesmo ano que pode ser considerado como um ato de repressão contra a GS, foi o fato de que uma das jornalistas que escrevia no jornal, Clara Angélica Porto, a qual foi chamada para prestar depoimentos sobre as suas publicações na Gazeta de Sergipe, chegou até a ser presa e indiciada em janeiro de 1969. E quando foi liberada, avisaram de que a sua coluna passaria diariamente pelo crivo da censura e que só seria publicada se estivesse dentro das normas estabelecidas pelo governo (REIS, 2015, p.126).

O ato de censura consiste na prática de remoção de uma informação pública vista pelo Estado como perigosa ou inadequada, em que prejudica a liberdade de um povo, posto que a censura rege moldes para limitar determinadas ações da sociedade. Essas medidas não se iniciaram com a ditadura militar no Brasil, tendo em vista que é possível perceber a sua presença em um período anterior, como o Estado Novo, governado de forma ditatorial pelo Getúlio Vargas, entre os anos de 1937 a 1945. Esse controle realizado pelo Estado, pode ser englobado em vários âmbitos, como na imprensa, cultura, economia, entre outros segmentos. De acordo com Marcos Napolitano (2014, p. 99 e 100), os militares montaram um tripé para formar uma grande máquina repressiva, a qual possuiu uma maior força sob o AI-5 e a institucionalização da censura prévia, baseada na: vigilância, censura e repressão. Em sua maioria, eram contemplados pela censura os setores de informação, já que agiam muito à vontade na proibição de programas de TV e de rádio. Outro controle era o de textos e montagens teatrais devido à importância e o reconhecimento intelectual que o teatro ganhou como espaço da resistência e de afirmação de uma liberdade pública, o que também fez embarcar o cinema e a música nesse processo de censura.

Sobre a questão dos atos repressivos que atingiram a GS, Carla Darlem dos Reis (2015) afirma que não era preciso que ocorresse a intervenção direta dos militares no periódico para que houvesse o ato de repressão na GS, posto que a continuação da circulação do jornal pelo Estado era um desejo dos proprietários. Desse modo, ao perceber a movimentação política de censores, logo o próprio Orlando Dantas começou a realizar investigações e a executar uma linha política à direita mais dura com a equipe editorial, a fim de tornar os seus manuscritos alinhados aos desejos do comando político dos militares da época, ou seja, era melhor que já acontecesse o crivo da censura da autocensura,

realizada pelos próprios proprietários do que correr o risco de a GS ser mais ainda inspecionada pelos censores. Tanto que está presente de forma clara e objetiva em seus exemplares a finalidade política da GS, mesmo com as ameaças a sua produção jornalística.

É bem verdade que temos pago um preço caro pela posição de defender os interesses do Estado por cima dos interesses de pessoas ou grupos. Vez por outra um processo de tentativa de afastar a GAZETA DE SERGIPE da comunidade imputando a este jornal as mais diversas acusações, sem, contudo, arrefecer os ânimos dos que fazem diariamente a GAZETA DE SERGIPE. (Gazeta de Sergipe, 20 de setembro de 1974, p. 03)

Entretanto, até nesses moldes de prevenção, não era impossível que a sede da GS fosse surpreendida pela chegada dos militares com perguntas e violência para tornar possível esclarecimentos acerca de manchetes, colunas e editoriais presentes na Gazeta de Sergipe e, nesses momentos, nem mesmo o Orlando Dantas escapava da apreensão militar (REIS, 2015, p.128).

Podemos perceber que há uma espécie de ambiguidade nos moldes governamentais da Ditadura Militar, porque ao mesmo tempo em que havia o aval da produção e circulação da GS, não significava dizer que havia a liberdade interna que se demonstrava possuir o periódico nas suas críticas políticas. Desse modo, segundo Fico (2001), o regime ditatorial brasileiro, que nasce sob o signo da ruptura armada com a ordem constitucional, desenvolveu-se sob o tenso equilíbrio de combinar uma aparência democrática com extensa rede de controle e repressão, tal fato explica essa característica de ambiguidade que possuía o governo dos militares, posto que mesmo com a instauração de medidas repressivas, a exemplo do AI-5, conseguimos notar também, um certo foco para a abrangência dos atos democráticos que estavam sempre presentes nos discursos presidenciais. Como foi o caso do pronunciamento de posse para a presidência de Médici, no dia 30 de outubro de 1969: “Homem da lei, sinto que a plenitude do regime democrático é uma aspiração nacional [...] creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo baseado na pluralidade dos partidos e na garantia aos direitos fundamentais do homem”. (Gazeta de Sergipe, p.03). Apesar de não haver neste momento uma atitude concreta a se implementar do processo de abertura democrática, tendo em vista a vigência do bipartidarismo, o que representa uma limitação na ampliação da participação tanto popular quanto partidária do meio político no país, mesmo assim, é possível perceber que era uma temática presente nos discursos de Médici, a fim de manter o “status” de que os militares só estavam no poder para manter uma organização

institucional, em que o maior objetivo era a volta do sistema democrático, após, é claro, a “limpeza da casa”, isto é, a resolução das problemáticas que forma o estímulo para a tomada de poder pelos militares, por exemplo a corrupção política, a crença de que o comunismo estava instaurado no país, a necessidade de reformas institucionais, como a agrária, a crise econômica, entre outros aspectos que eram identificados como uma estratégia de discurso para manter o povo ciente de que as medidas implementadas pelo governo seriam temporárias e necessárias em prol da ordem constitucional em meio ao progresso de abertura.

De modo que tais perspectivas foram encontradas defendidas também nos manuscritos da GS, como uma forma de se colocar em prol da administração nacional daquela época. E a justificativa para as atitudes “mais dura” possuía a desculpa de ser para a instalação de um sistema democrático em breve, sem as mazelas que estão sendo trabalhadas para serem retiradas do espectro da política brasileira. Por isso, o enfoque no Ato Complementar nº54, criado meses depois do AI-5, em 20 de maio de 1969, a sua implementação estava direcionada a abrangência da participação política nos cargos eleitoreiros para os cidadãos, por meio de normas para as convenções municipais, regionais e nacional para a eleição, respectivamente, dos diretórios dos partidos e a fixação do número dos membros dos Diretórios Municipais dos partidos políticos.

O AI-5 representou a reação às falhas de 64, pretendendo corrigi-las. Observam-se reais mudanças, não obstante, a presença de figuras representativas das velhas oligarquias em setores importantes das administrações públicas. Se o processo revolucionário constitui pacífico, evidentemente que o AC-54 muito contribuirá para tornar os instrumentos de luta democrática- partidos políticos-eficientes e democráticos, desde que as figuras de projeção intelectual e moral participem com entusiasmo e decisão para enfrentarem as resistências do obscurantismo que dominam as atuais direções partidárias (Gazeta de Sergipe, 28 de junho de 1969, p.3)

Portanto, esperava-se que as suas prerrogativas gerassem no território brasileiro a base que seria possível concretizar em relação à futura extinção do bipartidarismo e ampliar a participação dos partidos políticos, a fim de demonstrar que existiam motivos para se adotar o autoritarismo. Este era o único caminho solícito para solucionar problemas como: corrupção, comunismo, oligarquias, entre outros fatores, mas sem esquecer que o objetivo principal era o alcance para a formação de uma verdadeira ala democrática no Brasil, porém o que não se esperava era os esforços dos oligarcas estaduais em impedir a expansão dessa proposta.

3. UMA DEFENSORA AMORDAÇADA: POLÍTICA EDITORIAL E AI-5

Em 1964, o golpe foi instaurado como uma tentativa de solucionar algumas falhas institucionais relacionadas ao âmbito econômico, educacional, agrícola, industrial, entre outros aspectos. Conseqüentemente, à medida que os anos do governo dos militares se passaram, suas reformas e atos se concretizaram, desse modo, devido ao fato da Gazeta de Sergipe está em circulação durante todo o processo, desde a mudança da organização do sistema democrático até o fim de um ditatorial, em 1985, tornou-se notório dizer que em seus editoriais temáticas que envolviam sua administração política estavam em perspectiva e em coerência aos seus escritos, apresentando às vezes dubiedade de opiniões. Para isso, analisou-se o quadro econômico de Sergipe e também o sistema educacional, a fim de entender a participação política dos movimentos estudantis e as medidas realizadas no âmbito da educação entre os anos de 1968 até 1974.

3.1 Foco para o bem-estar social e econômico no Estado de Sergipe

A questão econômica foi uma das justificativas colocadas pelos militares frente ao governo de João Goulart para realizar a sua deposição do cargo presidencial com os apontamentos para a inflação e as crises políticas. Por isso, o projeto econômico implementado, a partir do golpe de 1964, procurou contrapor-se ao ritmo de desenvolvimento que se verificava no governo de João Goulart. O projeto “pós-golpe” prevaleceu-se da contribuição de órgãos criados pela elite econômica que tentaram estabelecer condição de mobilidade e de transformação às propostas reformistas incitadas por Goulart (SILVA, 2012, p. 144). No entanto, conforme Marcos Napolitano em sua obra “1964: A História do Regime Militar” (2014, p. 98), houve três fases durante o governo dos militares entre os anos de 1964 até 1985, em que a sua primeira fase ocorreu na presidência do Castelo Branco (1964-1967) é caracterizada por uma política dura de ajuste fiscal e monetário, com foco em menos dinheiro, menos crédito, controle salarial, menos gastos e mais impostos. Já a segunda fase, é popularmente conhecida pelo acontecimento do “milagre econômico”, em meio a gestão do Médici (1969-1973), fato que dourou os anos de chumbo do regime. No entanto, é a partir do governo Geisel (1974-1979) que o milagre possui o seu declínio, o que torna possível que a onda consumista seja apagada

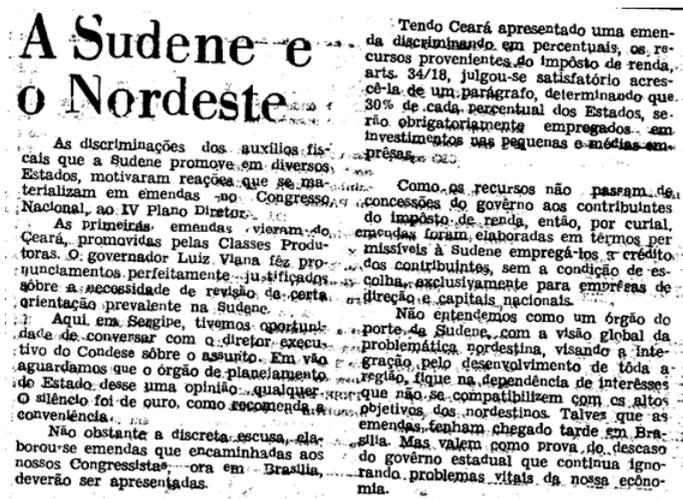
para dar lugar a crise econômica, em que envolvia a alta da inflação, do desemprego, da recessão, miséria e fome.

Com isso, os manuscritos da Gazeta de Sergipe foram envolvidos por debates econômicos da época, já que se entendia que uma boa ou má administração em situação de crise econômica iria definir os rumos dos índices da escolaridade, da profissionalização das novas gerações e do crescimento produtivo dos gêneros de consumo imediato e também, influencia na base da política econômica dos estados. Conseqüentemente, havia uma forte ênfase para a necessidade do seu desenvolvimento, pois a partir das reformas realizadas por Castelo Branco, a situação econômica não estava em declínio nem em crescimento, mas estagnada, entretanto, a principal expectativa era que cada vez mais houvesse a elevação dos seus índices. Dessa forma, a GS crítica e destaca pontos necessários para serem modificados, como a política de juros, a necessidade de aumento do salário mínimo e do salário do servidor público do Estado. Em Sergipe, defendia o incentivo à produção agrícola privada dos insumos fornecido pelo Estado, foco no mercado interno, a importância da criação de indústrias, a exploração dos minérios, a supervalorização da entrada do capital estrangeiro para o estímulo e produção econômica da região, apontamentos negativos as atitudes dos empresários sergipanos, os gastos excessivos realizados pelos políticos, entre outros fatores que interferiam de maneira negativa nos índices econômicos, a fim de auxiliar na busca por medidas viáveis para concretizar as mudanças sociais e econômicas que viabilizaram uma melhor condição de bem-estar social.

É saliente que o papel da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a qual foi criada em 1959, trazia consigo alguns objetivos anteriormente preconizados pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), porém com o governo dos militares, o órgão passou por algumas mudanças em relação a maneira com a qual os problemas econômicos, sociais e políticos seriam solucionados em prol do desenvolvimento da região Nordeste. Devido a esse fator, foi considerado necessário desvincular a Sudene da Presidência da República, sendo integrada ao recém-criado Ministério Extraordinário para a Cooperação dos Organismos Regionais (Mecor) transformado, posteriormente, em Ministério do Interior (Minter) (COLOMBO, 2013, P. 155). Contudo, o principal golpe na Sudene foi o corte no orçamento, reduzido abruptamente, que a transformou em um órgão de apoio financeiro e técnico a projetos nacionais e não mais regionais. A lógica dos investimentos alterou-se, sendo que os recursos financeiros foram direcionados aos estados mais desenvolvidos da federação

como Pernambuco, Bahia e Ceará. Iniciou-se uma fase federativa de cooperação apenas vertical, onde as desigualdades - antes apenas regionais - passaram então a ser, concomitantemente, interestaduais no Nordeste (COLOMBO, 2013, p. 155)

Imagem 06



Fonte: Gazeta de Sergipe, 13 de julho de 1968, na terceira página.

Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>

No entanto, é possível perceber através dos periódicos da GS que a atitude de romper com os laços que caracterizavam o trabalho da Sudene nos anos anteriores não foram rompidos de forma instantânea, isto é, logo após a chegada dos militares ao poder, mas sim como uma ação que foi moldada aos poucos. No fim dos anos 60, ainda havia algumas iniciativas que faziam surgir várias expectativas acerca das possíveis ações da Sudene no Nordeste. Contudo, a GS noticiou, com um foco maior para Sergipe, em seu editorial de 1968 que iria ser instalado um escritório da Sudene no Estado, um ato visto como o primeiro passo para um maior apoio na economia e no desenvolvimento regional. A sua equipe ainda fez a ressalva de que não cabe apenas a Sudene na implementação de medidas que se relacionam a política produtiva de Sergipe, mas que haja uma complementação de um processo desenvolvimentista que já está em processo idealizado pelos governantes e empresários da região, principalmente pelo fato de que há um nítido exclusivismo no repasse da ajuda financeira do órgão para determinados locais.

Devido às tantas modificações realizadas na Sudene durante a Ditadura Militar, ocorreu interferência também em sua gestão, uma vez que a sua autonomia sofreu um declínio, assim como a sua capacidade de planejamento regional. De acordo com

Mascarenhas e Neto (2009), no Nordeste, a fragilidade da economia dos Estados e o foco na industrialização sob a égide da Sudene, tornou a região uma espécie de “não-ente-político”, incapacitada para implementar medidas voltadas para outros setores, como o agropecuário ou até mesmo na industrial, devido à relação entre a economia fortemente oligopolizada e um Estado crescentemente centralizado, ocorria a dificuldade da própria região implementar medidas autônomas sem a dependência da Sudene em setores que a população local percebia que carecia de atenção, mas tais iniciativas também não estavam na ala de prioridade dos governos mediadores no plano regional.

A defesa de que uma boa gestão governamental consegue realizar no Estado um aumento produtivo e econômico, mesmo sem o total apoio da Sudene, é presente na GS, porém, fatores como a corrupção interferem e prejudicam o desenvolvimento. Eles deixam de ter uma espécie de independência econômica ao se acreditar que só haverá desenvolvimento em Sergipe, se houver o apoio dos órgãos federais, obviamente que todo auxílio é bem-vindo, mas é essencial que haja práticas internas que possam realizar os estímulos econômicos, ato difícil se as instituições administrativas estaduais estiverem de fato corrompidas.

Uma maneira de solucionar as consequências da dependência econômica, essencialmente, de Sergipe, a fim de retirá-lo do subdesenvolvimento, consistiu em, por exemplo, fomentar a área industrial, uma vez que, conseqüentemente, geraria o aumento produtivo e a possibilidade da chegada de novos investidores para a região. Entretanto, segundo Cardoso (1972), o governo federal com foco no crescimento econômico, com uma maior valorização exclusiva aos investimentos do capital internacional acabou gerando uma acentuada desigualdade social no país. Considerando-se que, discutir e executar a valorização da indústria não significa que os outros âmbitos que favorecem o enriquecimento econômico devem ser inviabilizados em prol da modernização nacional. O estímulo do incentivo financeiro nacional, atrelado ao capital internacional, também significou o não usufruto dos benefícios pelo povo brasileiro em forma de suas riquezas.

Citamos um exemplo, o setor agrícola que obteve a sua reforma no fim do ano de 1964, já que era um fator bastante discutido no governo João Goulart, tanto que a reforma agrária, que beneficiaria o povo com acesso à terra, fazia parte das Reformas de Base, sendo assim, de acordo com Carlos Fico, em sua obra “O golpe de 1964: momentos decisivos”, que o apoio superior para a reforma agrária era de 70% em algumas capitais (2014, p.9). Porém, a proposta de como seria a sua realização não era satisfatória para os militares, tanto que após o golpe de 64, foi criado o Estatuto da Terra (Lei nº4. 504, de 30

de novembro de 1964), promulgada pelo Castelo Branco, presidente do Brasil na época, um ato que para Graziano (1981) visava apenas estabelecer uma política de desenvolvimento rural para o País, e mesmo que tenha representado uma medida progressista para a época, preservou o direito à propriedade da terra, aniquilando todos os movimentos sociais que na década de 1960 lutavam pela reforma agrária e pela democratização da terra. No entanto, com o surgimento de problemáticas que envolveram a produção da agricultura na região Nordeste, como a seca, durante o fim da década de 60 e início de 70, percebeu-se que esse setor não era um ponto importante para os governantes, isto é, não estava em foco no planejamento principal a busca pelas melhorias e crescimento da produtividade daquela área, frente a uma consequência ambiental. O fator primordial era salvar a economia através do âmbito industrial, assim como afirma os pesquisadores da Embrapa em suas pesquisas agrônômicas na década de 90:

A modernização provocou modificações indiscutíveis das características técnicas e econômicas da agricultura brasileira, porém não foi capaz de fazê-lo sem a exclusão de um número significativo de pequenos produtores; este modelo de desenvolvimento, apesar do aumento da produção global, traduziu-se por uma deterioração dos mercados urbano e rural do emprego, pelo aumento dos preços dos alimentos perecíveis, pela marginalização de mais de dois terços da população rural, pela degradação do meio ambiente, pela ocupação desordenada do território nacional. (Embrapa, 1994a).

Desse modo, além da atuação da Sudene no estado de Sergipe, podemos perceber várias iniciativas do governo estadual direcionadas ao pequeno produtor, durante os anos de 1964 até 1984, destacadas de forma recorrente com matérias de elogios ou de críticas pela GS, entre as quais, sobre a Companhia de Desenvolvimento da Vale do Rio São Francisco (CODEVASF), cuja missão era desenvolver a bacia hidrográfica do rio São Francisco e a bacia do rio Parnaíba, os dois grandes rios da região Nordeste, uma maneira de contribuir com a redução das desigualdades regionais. Outra criação importante, foi o Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), em que pretendia promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste e também, o Fundo Previdenciário do Trabalhador Rural (FUNRURAL), um auxílio previdenciário ao trabalhador rural. No entanto, era preciso ainda mais a ampliação dessas medidas, fato que só vem ocorrer no ano de 1985, com a proposta de reforma agrária pelo Estado, uma vez que mesmo com a presença de programas desenvolvimentistas, era possível perceber um não envolvimento

efetivo nas crises que ocorreram na pequena produção do Estado durante a vigência do governo militar.

Ademais, é fulcral destacar que as lutas pela terra realizadas devido ao ideal camponês estavam vivas na agricultura familiar, tanto que a criação no início da década de 60 dos estatutos da terra e do trabalhador rural, iniciativas necessárias para a ampliação dos seus direitos, como o direito à sindicalização, salário mínimo, férias, repouso semanal, entre outros, o que tornou possível a concretização de instrumentos para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em 1984, a fim de elaborar a tão sonhada reforma agrária, a qual começou a ser estruturada a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, com a finalidade de mudar a estrutura fundiária do país, ao distribuir e redistribuir a terra a defesa presente na GS para que se definisse um plano de metas e estratégias para impulsionar a questão agrária no Estado era recorrente durante o Regime Militar. Em sua perspectiva, até aquele momento não havia iniciativas efetivas voltadas para dar prioridade aos benefícios da produção agrícola no Estado, havia apenas alguns atos minuciosos, sem tantas transformações no setor.

A corrupção também é um ponto essencial que dificultava o progresso e o desenvolvimento do país e do Estado de Sergipe no governo dos militares, por meio do não alinhamento dos ideais e atos entre os governantes regionais e presidenciais, apesar de em sua maioria, apoiarem o poder vigente na época. Contudo, as gestões eram, em sua maioria, voltadas para a usurpação do dinheiro público relacionado ao uso de artefatos desnecessários, para a própria ostentação dos políticos, sem o enfoque para os benefícios sociais. De acordo com a GS, os crimes políticos e o aproveitamento por exercer um cargo de autoridade só aumentaram com a instauração do Ato Institucional nº 2, ou seja, com a implementação do bipartidarismo, posto que o poder estava centrado em apenas dois partidos, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) X Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e para um grupo determinado de pessoas. Assim sendo, uma maneira encontrada para resolver tal situação, está vinculada com a “Revolução de 68” e a criação do Ato Institucional nº 5, que reprimiria os conflitos políticos, tanto que esse aspecto está presente até mesmo no texto em que houve a divulgação oficial do AI-5, o qual afirmava que suas prerrogativas estavam embasadas na “(..)autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção(...)”. Segundo Ayres Britto (1977), o AI-5 não teve a pretensão de emendar a Constituição de 1967, seja para acrescentar, suprimir, ou simplesmente alterar o texto constitucional. O que ele

pretendeu, realmente, foi implantar um novo sistema normativo, ao lado do já existente. Não, porém, para respeitar o ordenamento anterior, mas para sustentá-lo de forma ajustada à ordem paralela então inaugurada.

Desse modo, elogios para a administração do Presidente Costa e Silva são recorrentes na GS, visto que foi em sua gestão que essas proposições ocorreram, o que, em sua opinião, deu início a real concretude da realização dos princípios do golpe de 64. Ponto nítido, principalmente, na visita realizada pelo presidente no fim da década de 60, onde foi conhecer o campo petrolífero de Carmópolis, um ato em que era visto pelo editorial como uma ótima oportunidade para realizar debates entre o Governo Federal e o Estadual, relacionado aos caminhos direcionados ao crescimento para Sergipe e em propostas de fornecimento de auxílio para o foco no desenvolvimento econômico da região em relação à exploração das riquezas existentes, como o potássio, petróleo, entre outros. Posto que, é comum percebermos uma forte defesa da GS acerca da exploração, por exemplo, dos recursos minerais existentes no Estado, tanto que o seu diretor, Orlando Dantas, participou da campanha “O petróleo é nosso”, com o patrocínio das forças armadas, em que possuía o intuito de apoiar a sua exploração, pesquisa nacional, lutar contra intervenção estrangeira e exigir incentivos do governo brasileiro. “Os minérios para nós não é uma plataforma, mas uma ideia de riqueza que por direito deve servir a Sergipe e ao Brasil. Seria bom que para os nossos homens públicos os minérios fossem uma ideia compreensível, racional, inteligente e capaz de representar um anseio justo do povo sergipano.” (Gazeta de Sergipe, 29 de setembro de 1974, p.03)

Imagem 07

Mentalidade Eleitoreira

A redução dos percentuais dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios pôs em polvorosa os políticos defensores dos cargos executivos. Tentativas frustradas ocorreram para sensibilizar o governo Costa e Silva, sob a falsa alegação de que o desenvolvimento econômico seria obstado. A onda passou, porém problemas foram criados, e que exigem uma disciplina imediata por parte dos responsáveis pelo AI/5, sob pena de tornar o certo em errado.

Queremos nos referir ao número excessivo de Municípios criados para recebimento das verbas federais, e depois de 67, dos Fundos de Participação. Municípios sem mínimas condições de funcionamento, por falta de gente capacitada para dirigi-los, com sabedoria, e de recursos provenientes de rendas locais, não suportariam qualquer ato disciplinador. Por isso, o pânico existente, o estado de perplexidade dos bens intencionados diante de medidas que não compreendem, nem saberão como executá-las.

Um ato complementar se impõe, criando nos Estados, órgãos dotados de condições para orientar as aplicações de recursos provenientes dos Fundos, projetar e fiscalizar as administrações no sentido do desenvolvimento econômico e social.

Há Prefeitos que não sabem dirigir, senão na forma eleitoreira: nomear correligionários, criar departamentos sem função econômica e social, desde que abrigue o maior número de amigos, parentes e correligionários, além de proporcionar veículos para uso pessoal, da família e dos correligionários. Suspensos os recursos, em parte dos Fundos, entram os Municípios em colapso financeiro. As despesas de sentido eleitoral absorvem todos os recursos, e nada sobra para as obras vitosas, os festejos e assistência social política.

Nestas condições, a estagnação econômica dessas regiões levará ao Poder Central intervir para imprimir um cunho administrativo que transforme riquezas naturais em bens de consumo, em poder aquisitivo das populações confinadas e um trabalho semi-escravo, onde a servidão predomina em formas disfarçadas.

Sergipe, com 74 Municípios, na sua grande maioria mal dirigidos por incapacidade administrativa, influência política eleitoreira, disolvente e estagnadora, se vê na contingência de impressionante marasmo diante da nova política econômica implantada no País pela Revolução de 68. Há, portanto, uma exigência imediata de medidas aplicáveis e que sejam sociologicamente realistas.

Fonte: Gazeta de Sergipe, 04 de fevereiro de 1969, na terceira página.

Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>

Até porque o principal objetivo da tomada do poder dos militares era realizar a organização política do país, como a retirada dos indivíduos corruptos que complicaram o progresso administrativo do sistema, para que, assim, ocorresse a abertura democrática. Por isso, era comum investigações comandadas pelos governantes, a fim de averiguar os atos corruptivos e cassá-los. O Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, uma verba que a União pagava para todas as cidades do país, sem ser de forma igual e valor fixo, mas sim referente a arrecadação do Imposto de Renda e de Imposto sobre Produtos Industrializados tinha como propósito servir nessa busca de uma alternativa para esse processo de mudança do quadro agravante que se encontrava a perspectiva política do território brasileiro, acabar com o oportunismo político de usar o dinheiro público com situações fúteis ou para o seu próprio enriquecimento.

3.2 Tecnicismo profissional: reformas educacionais e movimento estudantil

Uma temática importante destacada pela Gazeta de Sergipe em seus manuscritos está relacionada ao âmbito educacional, referente tanto às suas preocupações com o ensino básico e superior em Sergipe, quanto ao enfoque para a participação dos estudantes na política. As iniciativas para reformar a estrutura educacional do país tomaram forma a partir de 1965 com o Acordos MEC-USAID, os quais representavam vários contratos de cooperação no campo do ensino entre o Brasil e os Estados Unidos. Este fator deu origem aos moldes da educação formulada pelos governos dos militares, baseado na concepção produtivista, em que se adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino no período militar, na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos” (SAVIANI, 2008).

Já em relação aos movimentos estudantis políticos, desde antes de 1964, alguns grupos militares, ideólogos da Doutrina da Segurança Nacional, consideravam como “área potencial de subversão”. Por ocasião do golpe, a União Nacional dos Estudantes (UNE), símbolo das lutas estudantis, foi incendiada e, na implantação da nova ordem, estudantes foram detidos, enquanto alguns professores eram presos e demitidos, motivando as primeiras manifestações estudantis. Ainda em novembro de 1964, o governo conseguiu a aprovação da Lei Suplicy (n. 4.464), que reestruturou a representação estudantil. Além de vedar aos órgãos estudantis “qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter partidário”, propunha marginalizar a UNE. Resultado, as greves aumentaram no ano de 1965 e o fim da Lei Suplicy passou a ser uma bandeira de luta dos estudantes. Em resposta, o governo, em início de 1966, proibiu formalmente o funcionamento da UNE e decidiu debelar o movimento pela força (DANTAS, 2004).

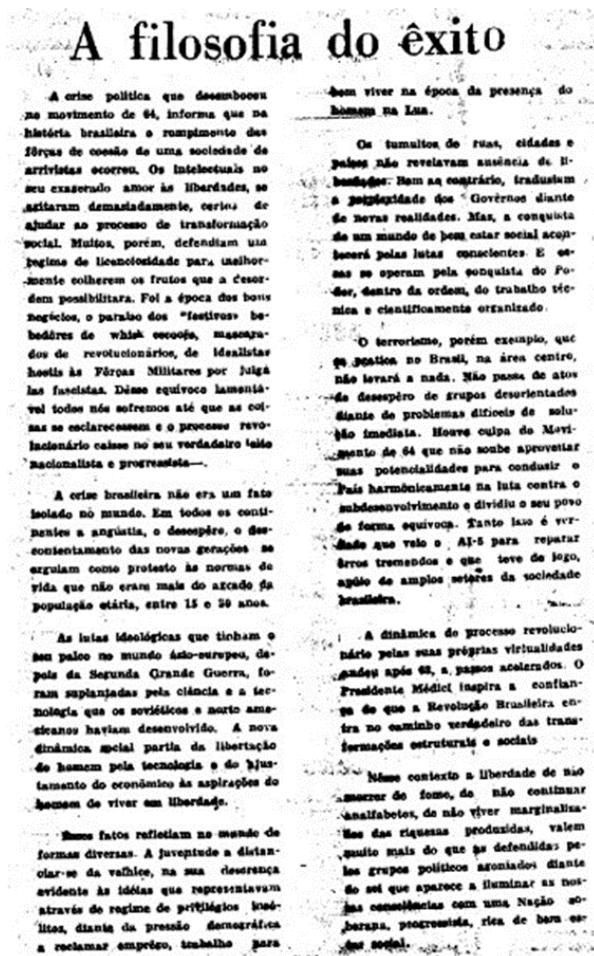
Pelo fato de ser um periódico que possui a defesa, em sua maioria, da administração da Ditadura Militar, percebe-se uma forte crítica ao movimento estudantil e as suas manifestações, com a ressalva de que as suas reivindicações ocorrem de maneira equivocada. Desse modo, para a reversão de tal perspectiva no âmbito juvenil, o foco para iniciativas que façam acontecer uma reforma voltadas a um ensino mais centralizado ao tecnicismo profissional, a fim de que essa atitude gera uma despreocupação dos estudantes aos fatores externos e lutas políticas sob o incentivo da necessidade de se preocupar com o desenvolvimentismo do país. Até porque de nada adianta ocorrer um esforço para a

limpeza política do território brasileiro, sem a percepção de que as transformações institucionais também compõem esse fator, principalmente, a área educacional.

O quadro de ensino de Sergipe em 1968 trouxe dados alarmantes, posto que, conforme dados apresentados na GS, dos 64 mil alunos matriculados no ensino primário, apenas 8 mil chegam ao 4º ano. Além da baixa quantidade de escolas secundaristas em todo o Estado, referente a apenas 55 para atender a uma população de 880 mil pessoas (Gazeta de Sergipe, 24 de agosto de 1969, p.03). Ademais, há o enfoque para o déficit existente na formação dos docentes do Estado, já que a GS ressalta que: “A reforma do ensino deverá começar pela diplomação do professorado, após um curso bem feito sem as variantes do ensino doméstico, cursos de corte e costura, etc., dispensáveis ao nosso curso de professorado do ensino grau.” (Gazeta de Sergipe, 14 de julho de 1972, p.03) e também para a má remuneração e atraso dos seus salários: “O atraso dos professores é uma questão puramente burocrática e não por falta de recursos, acreditamos que o Senhor Secretário de educação saberá tomar as providências que o caso requer de forma a tudo fazer para o prestígio e amparo do PROFESSOR, cuja a missão é uma das mais nobres e dignificantes da sociedade.” (Gazeta de Sergipe, 21 de maio de 1971, p.03)

Portanto, pelo fato de que a melhoria na educação também ter sido um dos objetivos centrais colocados para serem mudados no país, planejamentos e atos foram realizados, embasados com apoios e críticas, como por exemplo, a cobrança de taxa de anuidade nas escolas do ensino médio e universitário aos estudantes do Estado de Sergipe. Essas taxas não vigoraram, pois tal ato, na opinião da GS, iria privilegiar o ensino privado e delimitar o acesso de pessoas pobres a educação básica e superior, ponto que é bastante incisivo nos manuscritos do jornal que demonstra o viés defensor de um amplo acesso aos ambientes de ensino, tendo em vista que é comum encontrar periódicos relacionados à importância da sociedade, da indústria e de suas necessidades, especialmente, na área do desenvolvimento econômico e com as urgências dos Estados, estarem atreladas à Universidade.

Imagem 08



Fonte: Gazeta de Sergipe, 18 de março de 1970, na terceira página.

Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>

Dessarte, é notório que há uma preocupação e movimentação para a ocorrência de uma formulação para uma nova reforma tanto no âmbito da educação básica quanto na superior, por isso, foi realizada a reforma do ensino superior. Já os aspectos de mudança relacionados à educação básica referem-se a forma como as crianças são alfabetizadas, a interação entre professor e aluno na sala de aula, as características do ensino técnico, entre outros fatores. Já em relação ao ensino superior, debate-se a necessidade de atrelar o ensino da Universidade à essencialidade do mercado. Por isso em 1968, houve a reforma do ensino superior com a Lei 5.540, em 1971 ocorreu a reforma do ensino de 1º e 2º graus, na Lei 5.692, a criação do Mobral por meio do Decreto-Lei 5.379 de 1967 e 62.484 de 1970 e a institucionalização do ensino supletivo no Decreto-Lei 71.737, além de que é possível destacar que em Sergipe houve uma importante lei, a 115/1969, a qual propunha a realizar algumas mudanças nos aspectos educacionais, por meio delimitação acerca de

quais diretrizes seriam referentes a Secretaria de Educação e Cultura, baseado na alteração dos níveis de vencimentos dos Cargos de Magistério do Ensino Primário e dá outras providências.

No entanto, com a chegada no ano de 1971 do governo de João Andrade Garcez, houve a escolha de um novo Secretário da Educação em Sergipe, o Dr. Nestor Piva, que nasceu em Salvador no dia 13 de junho de 1930, formou-se em Medicina pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1959 se mudou para Aracaju, a fim de trabalhar no Hospital Cirurgia. Em 1961, quando foi fundada a primeira Faculdade de Medicina em Sergipe, Piva foi um dos primeiros professores a integrar o corpo docente, além do cargo na secretaria do Estado, também assumiu a ocupação de Pró-Reitor de Graduação na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e de Vice-Reitor da UFS. Durante a sua gestão de 9 meses no secretariado do governo de Sergipe, a situação educacional foi atingida pelas reformas que estavam surgindo naquele momento, mas também pela atenção prioritária da gestão do Estado para essa área. Dessarte, por causa do seu passado de administração conhecida pela GS, gerou-se uma certa expectativa com os possíveis rumos que a educação seguiria com a sua gestão, portanto, foi presente em suas medidas a descentralização das atividades, melhor remuneração para os professores, recuperação para alunos no 1º ano do primário, entre outras iniciativas. Entretanto, com a saída de Piva, a GS retorna a apontar os mesmos problemas que eram focadas nos anos anteriores como obstáculo para a melhoria no setor educacional do Estado, como o foco em obras e construções de escolas, a fim de denunciar o atraso e o mal salário dos professores, o não suporte do recebimento dos alunos nessas unidades, etc.

Imagem 09

Educação e Cultura

Tem sido difícil para o Estado de Sergipe a realização de uma política de educação e cultura que satisfaça a um mínimo de necessidade que temos nos dois importantes setores. O despreparo da Secretaria, os resquícios de mero instrumento a serviço dos chefes políticos do Interior defendidos aqui pelos deputados estaduais, e a falta de equipe capaz de compreender o processo da educação e criar, sobre essa compreensão, os instrumentos para o concurso do Ministério da Educação e Cultura, no que diz respeito a programas e planos nos dois setores.

A saída de Marcos Pinheiro e a entrada de João Cardoso Nascimento Junior representou uma possibilidade de transformação, tanto pela inteligência e preparo do novo Secretário, como pela força feita pelo Governo Federal em valorizar a Reforma de Ensino que lentamente se discutia a implantação no Brasil. Mas tal não aconteceu, o professor João Cardoso Nascimento Junior sentiu desde cedo que não tinha pano para as mangas, que a SEC não era a Retoria que lhe dava condições de operabilidade. E, mesmo depois de ter gritado, caiu dentro do seu gabinete, realizando o trivial da rotina, na base de convênios com o MEC.

A construção de escolas passou a ser o carro chefe da Secretaria de Educação, muito embora outras escolas estejam caindo, e a falta de equipamento e de professores impede a abertura de diversas unidades construídas pelo atual Governo, e mesmo pelo Governo passado. Alguns grupos foram inaugurados comemorando aniversários de administração, mas os municípios onde

eles foram construídos ainda hoje reclamam o tempo que passou e passa fechado. O Ginásio Polivalente, ao qual se deu a maior cobertura por ser instrumento útil de ensino moderno, está irremediavelmente sem funcionar. Os exemplos são os mais diversos, todos contragêditos.

O problema se agrava em Sergipe com a má remuneração dos professores nos níveis primário e médio. Os ordenados míngua das professoras primárias são os menores do país, e o salário hora-aula dos professores do ensino médio é novamente record de inferioridade do Brasil. Além do mais o Estado explora os professores, pagando cinco cruzeiros a cerca de 60% do professorado de nível médio, contratando pela CLT sem no entanto oferecer a opção do Fundo de Garantia. Este exemplo de burlar a Lei, dado pelo Estado, constringe muito mais e torna o problema mais agudo.

Quanto ao apêndice da cultura, é miserável o quadro, com a Casa de João Ribeiro, que foi reconstruída, fechada há mais de um ano com os monumentos abandonados, a biblioteca sem catalogação, embora uma nova esteja sendo construída. A coisa é tão ruim pelos lados da cultura que até o Programa de Ação Cultural do MEC está sendo difícil de ser cumprido em Sergipe, ficando a depender da Sociedade de Cultura Artística que é quem tem se havido com as despesas de hospedagens. Dito assim, se diz tudo.

Numa expressão mais simples, a omissão é clara na educação e na cultura, ambas relegadas nas suas funções.

Fonte: Gazeta de Sergipe, 10 de novembro de 1973, na terceira página.

Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>

A importância de alinhar forças para o governo vigente, tornou possível perceber que a juventude também deveria estar integrada a proposta das autoridades, por isso, medidas foram elaboradas para propagar a grandeza do poder dos militares, o nacionalismo, amor à pátria, a moralidade, entre outros aspectos que eram primordiais que fizessem parte da sociedade na época, é exemplo a defesa pela disciplina “Educação Moral e Cívica”, a qual se tornou obrigatória naquele período. Observe um trecho do Relatório de Trabalho da primeira discussão da reforma no ensino, em 1969:

A formação básica proposta inspira-se na filosofia político-social do País. O Brasil insere-se no mundo democrático e, tendo em vista o princípio da unidade nacional e os ideais de liberdade e solidariedade humana, dispõe-se a oferecer à

sua população (...) uma educação fundamental (...) em face da Constituição “Toda pessoa, natural ou jurídica, é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei (art. 86)”. Tal responsabilidade pressupõe uma base de formação moral e de educação para a cidadania, condições vivificantes da democracia (BRASIL, 1971).

A disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) baseava-se em uma forma de cumprimento dos principais objetivos que constituíam a Ditadura Militar. Desse modo, fazia parte do projeto de construção tal como desejavam os militares, um país visto como uma grande potência, principalmente, devido à percepção de que se possuía na época de que a juventude estava mais alinhada ao oposicionismo e ao comunismo do que aos princípios do governo militar. Este fator pode ser percebido, por exemplo, em um editorial da GS, em que se diz:

Estudantes brasileiros se deixam arrastar pela idealidade dos comunistas, como massa de manobra, sem a verdadeira consciência do seu papel na luta contra o subdesenvolvimento brasileiro, quiçá latino americano (...). Por isso o papel da mocidade não será válido enquanto servir de massa de manobra aos intérpretes falsos da problemática brasileira. Há tanta maneira adequada de se lutar com espírito crítico pela libertação nacional, fora dessa chifrineira política, que temos desgosto da posição de jovens que combatendo a alienação, outra coisa não faz que se alienaram às lutas antinacionais. (Gazeta de Sergipe, 14 de novembro de 1970, p. 03).

Retomando este tema, demonstramos neste capítulo como a Gazeta de Sergipe tem um projeto político de crítica ao movimento estudantil, por sua tendência oposicionista à ditadura, ao mesmo tempo em que defende os valores morais e os bons costumes difundidos pelos governantes. E assim, dar enfoque para a necessidade das reformas nas instituições educacionais, tanto de nível básico como superior, por meio da constante elaboração de editoriais, embasados em críticas e cobranças às autoridades políticas frente às essencialidades desse processo de transformação na sociedade brasileira.

4. GOVERNO DE LOURIVAL BATISTA: HISTÓRIA, APOIOS E CRÍTICAS VEICULADAS NA GRANDE IMPRENSA

Lourival Baptista é considerado um político sergipano renomado, por uma parte da população, mas não é devido ao fato de ter sido governador de Sergipe entre os anos de 1967 até 1971. A história desse político, nascido na cidade da Bahia, em 3 de Outubro de 1915, é valorizada por sua dedicação durante toda a sua vida à luta política no Estado, uma vez que também foi deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN) nos anos de 1946 a 1950, prefeito de São Cristóvão de 1951 a 1954 pelo mesmo partido, federal por duas vezes consecutivas em 1958 a 1963 (UDN) e em 1963 a 1967 (ARENA), e eleito três vezes senador em 1971 a 1978 (ARENA), 1979 a 1987 (ARENA) e 1987 a 1995 através do Partido Democrático Social (PDS). Além disso, a sua nomeação foi a primeira a ser escolhida durante a gestão dos militares, em meio a uma disputa com grandes nomes, como Leandro Maciel (ARENA) e Augusto Franco (ARENA). Embora como político não fosse uma das figuras mais destacadas no cenário estadual e, muito menos, na esfera nacional, aproveitou-se do impasse gerado na sucessão estadual e, explorando relações pessoais junto à presidência, foi escolhido governador (DANTAS, 2004, p. 115). Tanto que é considerado como figura dominante desde a deflagração do golpe (SOUZA, 2008, p. 17). Além de um grande defensor do governo dos militares, tendo em vista que é possível identificar várias discussões em que há o posicionamento de defesa do Lourival, como em 1970, onde é ressaltado por ele que: “Antes de 1964, o Brasil era o País do Futuro, e então o Futuro chegou!”.

A escolha de Lourival para representar o governo de Sergipe pelo partido situacionista da ARENA, com o seu slogan “Pacificação e Desenvolvimento”, que visava a diminuição dos índices de violência no Estado, principalmente, no setor político e também o foco para uma gestão centrada na luta por ações desenvolvimentista na área econômica, fatores que facilitaram a sua relação com o governo militar ganhando mais proximidade, tanto que alguns aspectos característicos do seu governo se assemelham bastante com o presidencial na época. Podemos citar como exemplo a valorização das obras “faraônicas”, as quais podemos destacar uma das mais importantes realizada por ele, o estádio de futebol, popularmente conhecido como o “Batistão”, que recebeu o seu nome no ano de 1969, e que até hoje em dia é o principal estádio de futebol de Aracaju, recebendo clássicos importantes do esporte.

Imagem 10



Fonte: Gazeta de Sergipe, 24 de fevereiro de 1968, na terceira página.

Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>

Sua gestão governamental, porém, é amplamente discutida e criticada nos editoriais selecionados da Gazeta de Sergipe, de 1968 a 1974, correspondendo a cerca de quarenta e três escritos. Nesse sentido, o objetivo principal deste capítulo é compreender os motivos desses embates políticos entre a equipe jornalística e o governo do estado, que podem ter ocorridos por definições políticas nacionais distintas ou pela política estadual insatisfatória para alguns temas. Apontamos, inicialmente, os temas mais problemáticos e recorrentes no jornal como o atraso salarial dos funcionários públicos do Estado, os crimes políticos exercidos pelos seus partidários, o foco do governo em ser mais centrado em grandes construções em Aracaju. O editorial o Plano do Governo (Gazeta de Sergipe, 24 de fevereiro, pág. 03), por exemplo, revela: “Consideramos as preocupações governamentais para as obras iniciadas no bairro atalaia Velha, em São Cristóvão e do Estádio de Aracaju, como o seu tributo à política eleitoreira”. Trecho em que denota que as grandes obras são vistas como atos vinculados ao interesse eleitoreiro e político, o que faz esquecer-lo de obras essenciais voltadas para um maior bem-estar social, como a criação de postos de saúde, combater o desemprego, a fome, etc.

4.1 OS COMANDOS CENTRAIS DA POLÍTICA SERGIPANA EM QUESTÃO

Uma questão sempre apontada pela GS para tornar claro os objetivos dessa sua posição questionadora em relação à direção política do Estado de Sergipe, estava embasada ao fator principal que sustentava o “motor” do periódico, ou seja, não se tratava de uma perseguição a um certo político, pelo simples fato de fazer parte da oposição aos seus princípios ideológicos, mas sim, pelo motivo de que “A GAZETA DE SERGIPE está ciente da sua responsabilidade e alicerçada em muitos anos de atividade sadia, não fala em nomes, defende ideias, não joga confetes, oferece premissa para o raciocínio das autoridades” (Gazeta de Sergipe, 20 de setembro de 1974, p.03)

Para isso, os seus editoriais realizavam até comparações de gestão administrativas entre o estado de Sergipe e outros locais, como Alagoas, a fim de ressaltar o seu descontentamento com as medidas governamentais efetivadas por Lourival, que correm o risco de desvio de dinheiro público. Na perspectiva da Gazeta de Sergipe, as obras realizadas em Sergipe ocorrem de maneira mais lenta, o que faz surgir uma relação de desconfiança em relação ao manuseio do dinheiro público entre os administradores sergipanos. Já no estado de Alagoas, há um grande esforço na busca por alternativas que possam contribuir com o desenvolvimento de sua região e não há apenas interesse com o seu próprio benefício e enriquecimento.

Outro ato crítico da GS com a gestão de Lourival Batista, além das comparações de administrações estaduais, são as próprias confrontações entre o governador e nomes de políticos de Sergipe, como Leandro Maciel, por isso, é comum analogias em virtude da situação econômica de Sergipe entre os dois governos. Leandro Maynard Maciel foi outra personalidade marcante da política de Sergipe, com uma boa herança do seu pai, Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, que também foi uma figura de destaque na área política de Sergipe. Nasceu em 1897, na cidade de Rosário do Catete, em Sergipe, e na vida adulta, graduou-se em engenharia civil em 1922, mas a partir de 1926 inicia a sua participação de forma direta no âmbito político, graças à Ciro Franklin de Azevedo, presidente de Sergipe naquela época. Porém, devido ao afastamento, no mesmo ano, de Ciro no cargo e, posteriormente, a sua morte em 1927, faz com que Manuel Correia Dantas assumira o governo do estado, conseqüentemente, é nesse momento que Leandro foi convocado para se tornar dirigente do Departamento de Obras Públicas do estado. Em 1929, filiou-se ao Partido Republicano de Sergipe (PRS) e se tornou eleito um ano depois de sua vinculação ao partido como deputado federal, sendo eleito novamente para o mesmo cargo nas

eleições de 1934 e nas eleições de 1945, agora pelo Partido Social Democrático (PSD). E em 1954, tornou-se governador do Estado de Sergipe pela União Democrática Nacional (UDN), partido de direita comandado por Carlos Lacerda, e, por fim, elegeu-se senador (ARENA) em 1966, ficando no cargo até 1975. Embora a imprensa e numerosas pessoas soubessem que Leandro Maciel e Lourival Batista carregassem muitas diferenças entre si, sabiam também dos interesses mútuos entre ambos, como a busca por enfraquecer o adversário. Como homens públicos experientes, eles tinham consciência de que não lhes convinha explicitar as divergências políticas, pelo menos naquele momento. Nesse jogo, que os leigos nem sempre compreendiam, eles continuavam defendendo publicamente um ao outro até quando cada qual julgasse conveniente (DANTAS, 2017, p.292)

Além disso, há também as críticas da GS ao fato de seu grupo político ser formado por arenistas. A ARENA, como o partido político dos governos militares, era vista como uma ala política de acomodações, devido ao apoio à predominância dos oligarcas no poder, frustrando mudanças e causando obstáculos no âmbito político. Na visão da GS, era a falta de preocupação em se trabalhar para fornecer o desenvolvimento da região em que se estava governando, pois o foco do governo de Batista ficava apenas direcionado às práticas que beneficiam sua posição no setor eleitoral. As propagandas impressas do governo comprovam essa ideia ao destacar algumas atitudes realizadas pela sua administração, como a defesa pelo envolvimento do clientelismo com as empresas estatais, fator resultante do oportunismo eleitoral, uma industrialização que somente privilegia o externo e o capital estrangeiro, ao invés do interno e do capital nacional, tornando a economia estagnada, além da usurpação dos direitos profissionais e do povo, com o objetivo de direcionar tal financeiro para as suas obras “faraônicas”. “O poder judiciário toma medidas contra o corte da gratificação dos magistrados, além de encontrar também problemas na inconstitucionalidade da construção do Batistão, em especial ao seu sistema financeiro. Dessa forma, esses dois fatores de acontecimentos no Estado estão relacionados à equiparação das preferências do governo de Sergipe, ou seja, tirar dinheiro do servidor público em prol de suas grandes obras eleitoreiras. (Gazeta de Sergipe, 10 de julho de 1968, p.3).

Imagem 11



Fonte: Gazeta de Sergipe, 11 de julho de 1968, na terceira página.

Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>

Em meio às insatisfações com o direcionamento das medidas do governo de Lourival, a GS recorrentemente cita a importância da participação popular para solucionar alguns obstáculos nas áreas econômicas, trabalhistas, agrícolas, entre outros. Posto que, uma das características que compõe a Gazeta de Sergipe é justamente a sua luta pela superação das necessidades dos mais pobres, da classe produtora e operária, por isso, há um nítido enfoque para qual o caminho que a administração governamental deve seguir, quais as reformas deverão ocorrer, através da devida reivindicação do povo acerca do que lhes é essencial na opinião do povo, por exemplo a criação de pequenas e médias indústrias, novas técnicas de produção agrícola, valorização da exploração nacional do petróleo e do potássio.

É necessário ressaltar ainda que, uma das justificativas do governador em relação aos apontamentos críticos referentes à ausência de medidas efetivas para o crescimento econômico de Sergipe, já que a preocupação principal estava marcada pelo signo da ostentação, estimulada pelo aumento vertiginoso da receita, decorrente sobretudo da mudança da legislação tributária (DANTAS, 2022, p. 219). Tais fatores geraram um desprezo estadual relativo às riquezas provenientes do Estado e com acordos municipais

que pudessem atrelar forças produtivas desenvolvimentistas, para o fornecimento econômico, colocando todo o seu enfoque nas obras “faraônicas”.

Imagem 12



Fonte: Gazeta de Sergipe, 18 de agosto de 1968, na terceira página.

Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>

Com relação às obras “faraônicas” e às medidas realizadas durante o governo do Lourival Batista, é importante destacar a construção de um Distrito Industrial conhecido como DIA, e também, a expansão da produção da Petrobrás em Sergipe, os quais são cercados de críticas. Esses embates não ocorreram por significar que havia oposição na instalação dos distritos e da industrialização no Estado, até porque essas iniciativas eram vistas com agrado e cheia de benefícios para o Estado, dessa forma, o motivo para envolver a GS com apontamentos para esse setor está embasado para a defesa da produção embasada no mercado interno e no desenvolvimento da localidade no meio em que as indústrias estão instaladas. Há também a denúncia para as péssimas condições de trabalho dos servidores públicos do Estado referente ao fato da necessidade de aumento do salário, sendo insuficiente até mesmo na compra de produtos para a subsistência dessas pessoas.

Por meio de tantas discussões acerca de quais as providências deveriam ser tomadas para reverter o quadro econômico estadual, a fim de que torne o desenvolvimento vigente na população sergipana, sendo assim, na área comercial seria fulcral a redução de custos e a garantia de lucros reais, já no âmbito industrial a política fiscal estava em foco, pois foi chegada a conclusão de que os contribuintes industriais e agrícolas deveriam receber formas de descontos percentuais no sistema tributário do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), como uma maneira de estimular e agradecer as suas produções e o seu trabalho. Além de um maior envolvimento do Banco do Estado, a fim de realizar estímulos, como uma menor taxa de juros aos produtores e uma abertura de crédito suplementar para reforço de dotações administrativas, como alternativa de recuperação ao desperdício de dinheiro público, pois de nada adianta o esforço de elaborar tantas medidas direcionadas para o amenizar da corrupção no país, se nas regiões estaduais não houver a mudança política de fato. Em relação à área agrícola, é fulcral a valorização, estímulo e financiamento da Companhia Agrícola de Sergipe (COMASE), uma forma de focar no privilégio da produção das riquezas locais e no auxílio das suas possíveis crises, como foi presente a crise da exploração do açúcar no início da década de 70 em Sergipe. Este fato alarmou para a tomada de decisões que já vinham sendo discutidas no anos anteriores, mas que nada estava sendo realizado, no que se refere a busca por inovações no setor produtivo interno e local, por isso, a urgência da inserção de novas metodologias no âmbito da agricultura, no caso da produção açucareira, a maior utilização das usinas ou no caso da plantação de laranja, em que se faltava insumos básicos, como mudas para o cultivo, o que torna evidente o descaso a esse setor, gerado, principalmente, pela crença de que só a industrialização irá fornecer o desenvolvimento econômico ao Estado, sem perceber a importância da agricultura.

Imagem 13

Balanco Político e Administrativo

Ha três annos passados assumiu o sr. Lourival Batista o cargo de Governador do Estado, indicado pelo governo do Presidente Castello Branco e eleito pela Assembléa Legislativa.

A expectativa era geral, e de certa forma, todas as coisas tinhamos recebido quanto a politica a seguir, em face da tradiçao eleitoral e dos compromissos com os grupos mais radicais do Estado. Como deputado federal, o sr. Lourival Batista sempre foi um homem publico de grande agitaçao, mansueto, procedente, altamente promocional. Os candidatos ao governo que disputaram as suas indicaçoes, nas prévias da Assembléa Legislativa, foram obrigados a aceitar-lo. Essa condiçao implicita poderia ser um factor alternativo das pressuostas diretrizes do Governador eleito.

A escolha do seu Secretariado compreendeu ao publico desconfiado e apprehensivo. Poucas fora dos quadros partidarios e quase todos de bom garbado, honestas, eram um fato novo na última década da politica sergipana.

Essa attitude explicita, de logo, e nesse apoio, embora critico, castro de honesta tradiçao. Guardadas as distancias que sempre aconselhamos para evitar confusoes e a perda da nossa capacidade de análises, criticas e sugestoes, passamos a olhar o governo Lourival Batista sob outro prisma. E nos animamos a sugerir uma administração trilhada para a agricultura e para a implantaçao do nosso parque industrial, partindo de aproveitamento dos trabalhos artesanais para transformá-los em pequenas e médias indústrias.

O Governador Lourival Batista, fiel à sua tradiçao politica, preferiu a construcção de estádios e edificios públicos. Irreversível em sua conduta, antes, tomou a procura dos seus objetivos, para que lhe dedicasse a Instruçao Pública sua preciosa atençao, construindo Colégios Estaduais, grupos

escolares, salas de aulas. Realmente, a dedicaçao ao setor educacional foi satisfatória pelos passos decisivos, tomados em matéria de construcção, como de melhoria salarial e técnico-profissional do professorado primário.

O sucesso desses três annos de administração honesta e profícua é um facto incontestável. O Balanco é um estádio que ficará na história do esporte no Brasil, e foi, sem dúvida, de agrado popular. Já o mesmo não podemos afirmar quanto ao edificio Maria Felitiana, de 28 andares. Grande, magro, imponente, sorrindo, apenas, para despertar a vaidade, o orgulho de um povo subdesenvolvido, de estado apertado, resignado.

No setor rodoviário foi exemplar. Na saúde pública procurou fixar algumas diretrizes hospitalares, realçando obras úteis à população mais empobrecida do Estado. O energético, embora inergânico, estimulou-se por quase todos os aspectos. Aproveitando a organização do Departamento de Saneamento vem adaptando os serviços de agua na Capital e algumas decenas de cidades do interior.

O governo Lourival Batista conseguiu assegurar a paz e a tranquillidade ao povo. A Revoluçao silenciou os focos de crime e da contravençao e apañou muitos daqueles que lançaram mãos do erário publico. O grande mérito do governo Lourival Batista foi o ajustamento da politica partidária dos setores educacionais. E em parte, do Fisco estadual. Realizou uma administração tanto quanto possível propositiva, pelas aberturas à implantaçao de governos com mentalidade progressista e em novos moldes. Isolando-se, administrativamente, de certas influencias politicas, pôde conviver com os setores mais lúcidos da sociedade sergipana e crescer entre ellas no seu prestigio de homem público.

Fonte: Gazeta de Sergipe, 31 de janeiro de 1970, na terceira página.

Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>

Diante de tantas conturbações governamentais, Lourival renuncia ao seu cargo de Governador do Estado em Sergipe, para tentar a disputa ao Senado, o que faz gerar um certo alvoroço na política de Sergipe com a sua substituição temporária ao cargo até as eleições de 1971. Sendo assim, o novo governador de Sergipe, João Andrade Garcez, toma posse no dia 6 de junho de 1970. A indicação do novo governante sergipano seguiu o mesmo ritual da política do regime autoritário. Em meio a muita divergência interna entre os principais chefes políticos locais, a Presidência arbitrou, concedendo o prazo de 72 horas para a executiva arenista apresentar a lista tríplice. Desta relação, o general Médi

escolheu João Andrade Garcez, tendo como vice Manoel Prado Vasconcelos. Dois dias depois, a Assembleia homologou-os e, após mais dois dias, empossou-os (DANTAS, 2022, p.220). A escolha de Garcez ao cargo trouxe a esperança de marcar o fim das oligarquias política em Sergipe, a superação dos problemas presentes no governo anterior, como a crise econômica, a necessidade da valorização dos recursos minerais existentes na região, a organização da administração pública e o seu comprometimento com o sistema governamental dos militares.

Apesar da pequena duração do seu mandato, Garcez fez questão de escolher o seu próprio secretariado com experiência, o que o ajudou a vencer as dificuldades(...). Em meio a esses problemas, João Andrade Garcez iniciou a reforma administrativa, a construção de adutoras para o sertão, mas considerava como grandes feitos de seu governo as obras de preparação para o Porto, a liberação da TV e sobretudo, ter conseguido que a unidade da Petrobras não fosse transferida para Salvador, como queria o então presidente da referida estatal, general Geisel.

A GS julgava, em todos esses três empreendimentos, decisiva a interferência do presidente Médici a quem atribuía grandes benefícios proporcionados à Sergipe. Além disso, em seu governo tentou-se renovar o setor educacional e desenvolveu uma ação cultural, voltada sobretudo para a preservação da documentação do Arquivo Público e dos monumentos tombados pelo Patrimônio Histórico, tudo sob a liderança dinâmica do seu secretário de Educação, Dr. Nestor Piva (DANTAS, 2022, p. 220 e 221). Arrumação necessária da situação do Governo de Sergipe para a chegada efetiva da mudança com as novas eleições e com a escolha do novo governador, assumindo por Paulo Barreto de Menezes, em 15 de março de 1971.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho foi possível compreender acerca dos obstáculos e posicionamentos de um único jornal que foi licenciado para circular por todo o Estado de Sergipe após a instauração do golpe de 1964 pelos militares, isto é, a Gazeta de Sergipe. Este periódico possui um passado que se desvinculou, em sua maioria, da política ideológica que caracterizava a administração militar no país, no entanto, predominou nos anos 60 e 70 uma política de ambiguidade, centrada no tema do combate à corrupção e na defesa do AI-5 como fator de desenvolvimento do país por abafar os conflitos políticos. Estas questões geraram uma certa curiosidade acerca de como o periódico manteve as suas publicações ativas do início ao fim do governo dos militares, principalmente, no período temporal escolhido pela pesquisa, entre os anos de 1968 até 1974, em que é considerado como o mais repressivo da Ditadura Militar, tendo em vista que no ano de 1968, significa o marco da instauração do Ato Institucional nº5, desse modo, o fato de periodização ser até 1974 é por ser o fim do governo Médici, visto como o presidente mais “linha dura” dos ditadores vigentes nessa época.

A Gazeta de Sergipe, conseqüentemente, auxilia bastante os pesquisadores que buscam entender os aspectos administrativos que vigoravam naquele momento, a partir das temáticas principais aqui analisadas, como o impacto econômico em Sergipe, frente ao sistema de governo que é envolvido nos estudos históricos por possuir os seus “milagres” e crises durante os seus 21 anos de vigência; a política sergipana, a fim de entender como estava estruturada o sistema político em Sergipe e, principalmente, ao seu alinhamento com os militares e as posições da GS acerca do governo dos militares. Nesse sentido, nota-se que, em sua maioria, os escritos do periódico estão em defesa do governo vigente presidencial, exceto ao estadual, em especial à gestão de Lourival Batista, no entanto, torna-se difícil analisar alguns pontos críticos apontados pela GS acerca da administração, posto que esses aspectos por mais que sejam direcionados como característicos do governo de Lourival, percebe-se que há mais um atrelamento com o governo dos militares e que não é algo exclusivo do governador, por exemplo, as obras “faraônicas”, as quais são duramente criticadas negativamente pelo jornal, por ser visto como um gasto desnecessário e ostentatório, no entanto, tal prática caracteriza também a administração dos militares, porém esse questionamento não é presente na GS para atingir o comando presidencial, apenas o local.

Esse estudo não almeja esgotar o tema de pesquisa, mas sim contribuir para sua composição e investigação no meio acadêmico. Evidentemente, outros tópicos centrais que caracterizaram e que compôs a Ditadura Militar, acabaram não sendo abordados ou rapidamente destacados sem tanta profundidade que o tema necessita ao ser abordado e que merecem ter espaço dentro da academia para seu desenvolvimento, é exemplo a questão dos conflitos relacionados ao bipartidarismo em Sergipe, entre a ARENA e o MDB, o auge econômico e o seu declínio durante a administração militar e um maior enfoque a luta de resistência aos movimentos estudantis sergipanos.

Sendo assim, será possível reduzir ainda mais as dificuldades historiográficas, complementando os estudos já existentes e oferecendo novas perspectivas e questionamentos para a História. Além de entender mais sobre o posicionamento de Sergipe em meio a uma grande contexto histórico, pois, quando é discutido tal segmento do Estado Autoritário que ocorreu no país durante meados da década de 60-80, como a repressão e a censura, muitas vezes a maneira como essas temáticas são perpassadas, dá a entender que essas práticas estão conectadas as grandes capitais do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, consequentemente, as menores capitais, como é o caso de Sergipe, não sofreu inferências.

REFERÊNCIAS:

A – FONTES

Jornal Gazeta de Sergipe (Editoriais) – coleção completa de 1968 a 1974.

1. Política Sergipana

Ano XIII, N° 3.513, 24 de fevereiro de 1968.

Ano XIII, N° 3.611, 11 de julho de 1968.

Ano XIII, N° 3.636, 18 de agosto de 1968.

Ano XIV, N° 3.771, 04 de fevereiro de 1969.

Ano XIII, N° 4.650, 31 de janeiro de 1970.

Ano XVIII, N° 4.622, 10 de novembro de 1973.

2. Governo dos Militares

Ano XIII, N° 3.597, 17 de fevereiro de 1968.

Ano XIV, N° 3.760, 22 de janeiro de 1969.

Ano XIV, N° 3.763, 25 de janeiro de 1969.

Ano XIV, N° 3.765, 28 de janeiro de 1969.

Ano XV, N° 4.029, 07 de janeiro de 1970.

Ano XV, N° 1.087, 18 de março de 1970.

3. Economia

Ano XIII, N° 3.614, 13 de julho de 1968.

Fontes diversificadas e complementares:

BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. **Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-norma-pl.html>. Acesso em: 02 de março de 2024.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 02 de março de 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967. **Aprova o Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal e dá outras providências.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-115-25-janeiro-1967-375781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 de fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. **Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm. Acesso em: 02 de março de 2024.

BRASIL. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. **Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15379.htm. Acesso em: 26 de fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 62.484, 29 de março de 1968. **Aprova o Estatuto da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62484-29-marco-1968-403947-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 de fev. 2024.

BRASIL. Lei 5.540, de 10 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 26 de fev. 2024.

BRASIL. **Ato Institucional Nº 05**, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: [AIT-05-68 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ait-05-68). Acesso em: 7 fev. 2024.

BRASIL. **Ato Complementar, Nº 54**, de 20 de maio de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-54-69.htm. Acesso em: 02 de março de 2024.

BRASIL. Decreto nº 71.737, de 22 de janeiro de 1973. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-71737-22-janeiro-1973420370-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 de fev. 2024.

B- BIBLIOGRAFIA

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira.** São Paulo, Ática, 1990.

BARRETO, Ferreira Mayra. **O jornal Gazeta de Sergipe como Fonte Histórica para o Ensino da Ditadura Civil-Militar (1968-1978).** Conedu: VII Congresso Nacional de Educação, Maceió-Alagoas, 2020.

BARRETO, Ferreira Mayra. **Ditadura Civil-Militar Em Sergipe: O Que Nos Falam Os Jornais? (1968-1978).** Revista Ilustração, v. 1, nº 2, p.29-43, 2020.

BARRETO, Mayra Ferreira. **Abordagem de temáticas da Ditadura Civil-Militar no Jornal “Gazeta de Sergipe” (1968 – 1978)**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

BARRETO, Mayra Ferreira. **A redemocratização e a abertura política através do jornal “Gazeta De Sergipe” (1979-1980): O periódico digital como mídia para estudo da História do Brasil**. Revista Amor Mundi, Santo Ângelo, v. 4, n. 2, p. 17-31, 2023 DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v4i2.185>

BARROS, José d' Assunção. **Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: uma síntese metodológica**. Revista Portuguesa de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, t. LII, p. 421-443, 2021.

BORGES, A. S.; BARRETO, R. C. **Ditadura, controle e repressão: revisitando teses sobre os governos militares no Brasil**. Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p.107-129, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/e5010>. Acesso em: 7 fev. 2024.

BRITTO, Carlos Ayres. **O problema da vigência dos atos complementares posteriores à edição do AI-5**. R. Dir. Proc. Geral: Rio de Janeiro, 1977.

CALONGA, Maurilio Dantielly. **O jornal e suas representações: Objeto ou fonte da história**. Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/21778-3748.2019.1.33745>. Acesso em: 7 fev. 2024.

CARDOSO, Célia Costa. **1964 em Sergipe: política e repressão**. In: JANOTTI, Maria de Lourdes M. & ARIAS NETO, José Miguel. Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas. Vinhedo, Editora Horizonte, 2015.

CARDOSO, Célia Costa. **Movimento: um jornal alternativo (1975-1981)**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

CARDOSO, Fernando H. **O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CARNEIRO, José Reinaldo Antunes. **O uso do jornal como fonte de pesquisa histórica: um estudo do jornal “O Tibagi”**. Cadernos PDE, vol. 01, n.02. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uepg_hist_artigo_jose_reinaldo_antunes_carneiro.pdf. Acesso em: 7 fev. 2024.

CRUZ, H. & PEIXOTO, M. (2007). **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**, in: Projeto História, São Paulo, no 35, p. 1- 411, dez. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 7 fev. 2024.

DANTAS, Ibarê. **A Tutela Militar em Sergipe (1964-1984)**. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2014.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Aracaju-SE: Editora SEDUC, 2022.

DANTAS, Ibarê. **Leandro Maynard Maciel na política do século XX**. Aracaju-SE: Criação, 2017.

DE OLIVEIRA, Rodrigo Santos. **A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930)**. Históriae, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), vol.2, p. 125-142, 2011.

FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964. discurso e ideologia**. São Paulo: Atual, 1988.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Em torno de uma Sociologia de Processos Revolucionários de Transformação Social: exemplos brasileiros**. In: AERP. O Processo Revolucionário Brasileiro. [S.l.], 1969.

MASCARENHAS, Lícia. NETO, Lourenço Sydenham. **A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)**. São Paulo: Atlas, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Oliva Lavinya. **As Letras e a Ditadura Militar em Sergipe**. Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2019.

REIS, Carla Darlem Silva dos. **Gazeta de Sergipe: “A Gazeta Combativa?” (1959-1968)**. Revista Crítica Histórica, v. 5, nº 10, dezembro de 2014.

REIS, Carla Darlem Silva dos. **Ditadura, política e censura: Gazeta de Sergipe e Rádio Liberdade (1964-1969)**. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SANTOS, Bruna Morrana dos. **A imprensa oficial sergipana e o processo eleitoral de 1896.** Revista Discente de Pós-Graduação em História-UFJF, vol. 3, nº 6, julho a dezembro de 2017.

SILVA, Carla Luciana. **Estudando a imprensa para produzir história.** Disponível em: carlalucianasilva.pdf (uel.br). Acesso em: 7 fev. 2024.

SILVA, João Batista Teófilo. **Ditadura militar, imprensa e abertura política no Ceará: jornais, Correio da Semana e o Povo.** Revista Ars Histórica nº 12, Jan/Jun 2016, p. 209-228.

SILVA, Maurício Ferreira. **Comunicação e autoritarismo no Brasil: a política de comunicação do regime militar.** Cruz das Almas: EDUFRB, 2012.

SOUZA, Marcos Santana de. **Em tempos de terror e otimismo: o discurso autoritário na imprensa de Sergipe (1964-74).** Revista de História e Estudos Culturais, vol. 5, ano V, nº 3, julho/agosto/setembro de 2008. Disponível em: www.revistafenix.pro.br.